

**ESTRATÉGIA NACIONAL** DE EDUCAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO 2018-2022  
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2018





Instituto Politécnico de Viana do Castelo  
Escola Superior  
de Educação

## FICHA TÉCNICA

## RESPONSABILIDADE

### Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

## REDAÇÃO

La Salete Coelho e Joana Costa

## ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO APOIO AO PLANEAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA ENED 2018-2022

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

**ÍNDICE**

<b>Sumário Executivo</b>	<b>3</b>
<b>1 - Introdução</b>	<b>5</b>
<b>2 - Análise de dados gerais</b>	<b>10</b>
<b>3 - Cobertura dos objetivos, medidas e ações</b>	<b>13</b>
○ Cobertura global dos objetivos	13
○ Objetivo 1	14
○ Objetivo 2	16
○ Objetivo 3	19
○ Objetivo 4	21
○ Medidas Transversais	23
○ Análise por projeto	23
<b>4 - Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão</b>	<b>25</b>
○ Objetivo 1	25
○ Objetivo 2	32
○ Objetivo 3	37
○ Objetivo 4	41
<b>5 - Conclusões</b>	<b>43</b>
<b>6 - Anexos</b>	<b>50</b>
○ Anexo 1 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão	51
○ Anexo 2 - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED	54
○ Anexo 3 - Projetos de ED reportados	58
○ Anexo 4 - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018	60

## LISTA DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CA - Comissão de Acompanhamento

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

GENE - Global Education Network Europe

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MT - Medidas transversais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PPDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Referencial de ED - Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TDR - Termos de referência

UE - União Europeia

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, relativamente ao ano de 2018, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

O processo de recolha de dados realizou-se através de um instrumento *online*, elaborado de origem. A sua unidade de recolha é a “ação”<sup>1</sup>, em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais, aqui tratados foram recolhidos em 357 respostas registadas por 29 instituições e representam um total de 1235 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED<sup>2</sup>, da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações<sup>3</sup>, das restantes doze Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022, de 19 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 6 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total das 1235 ações reportadas, 909 (74%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 51 (4%) referem-se a ações inseridas nouro tipo de projetos e 275 ações (22%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar a existência de 6 projetos de ED implementados pelas ESPA, 26 por ONGD associadas da PPONGD e 7 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Foi ainda possível verificar que 60% (744) das ações estavam previstas no Plano de Ação enquanto que 40% (491) não estavam previstas.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 243 (20%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 841 (68%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 131 (10%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 20 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED”.

---

<sup>1</sup> Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

<sup>2</sup> Apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

<sup>3</sup> Neste relatório a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

A análise geral da cobertura dos objetivos permite afirmar que todos os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos e que o objetivo 2 é aquele em que se verificam valores bastante superiores ao previsto.

Foi ainda realizada uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

# 1 – Introdução

No seguimento da vigência da ENED 2010-2016, e uma vez que quer as entidades envolvidas quer o próprio processo de avaliação final do anterior documento enquadrador reconhecem a relevância do processo e a pertinência do documento, a elaboração dos Relatórios anuais de Acompanhamento da ENED mantém-se como parte fundamental de todo o processo de monitorização, estando consagrada na medida 4.2 “Sistema de acompanhamento” onde se estipula, anualmente, a “elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED”.

Surge assim, neste contexto, o presente Relatório de Acompanhamento relativo ao ano de 2018, como forma de promover e acompanhar o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022), nomeadamente monitorizar a implementação do seu Plano de Ação (PA).

Esta atribuição foi entregue a um secretariado (previsto na ação 3 da medida 4.1), através da celebração de um contrato-programa<sup>4</sup> entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL) e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), envolvendo ainda a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Com este documento pretende-se, para além de fornecer informações que permitam obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022, promover uma reflexão crítica sobre os resultados e partilhar conclusões entre os atores de ED envolvidos e o público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Como referido, o principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2018.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;

---

<sup>4</sup> “Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”.

- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 em cada ano de execução;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

A recolha de dados do presente relatório foi realizada através de um instrumento pensado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se numa “área reservada”<sup>5</sup> (<https://areareservada.ened-portugal.pt/>) que se integra na estrutura da plataforma eletrónica desenvolvida com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal (<https://ened-portugal.pt/>).

A análise dos dados recolhidos foi adaptada à nova lógica de intervenção, que tem a *ação*<sup>6</sup> como unidade de reporte, respondendo às dimensões e indicadores gerais e específicos identificados para cada uma das ações no documento *Notas explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022*<sup>7</sup>: participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Assim, os dados aqui tratados foram recolhidos em 357 respostas registadas por 29 instituições representando um total de 1235 ações reportadas. O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

---

<sup>5</sup> Na “área reservada” dedicada a cada uma das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e das associadas identificadas por estas como promotoras de atividades no âmbito da mesma, é possível entrar no perfil individual, através do nome da entidade utilizadora e de uma palavra-passe, um espaço privado e adaptado aos compromissos das mesmas. Nesta área, cada entidade poderá efetuar, idealmente em momentos distintos, a planificação e o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação

<sup>6</sup> Entendendo-se por ação, intervenções/iniciativas diversas em número singular.

<sup>7</sup> O documento *Notas Explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022* encontra-se disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Notas\\_explicativas\\_Plano\\_ENED\\_2018-2022\\_-\\_Vers%C3%A3o\\_Final.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Notas_explicativas_Plano_ENED_2018-2022_-_Vers%C3%A3o_Final.pdf).

- numa primeira fase, fez-se a análise das ações reportadas com vista a ter uma visão global sobre o grau de cumprimento dos compromissos assumidos pelas ESPA e suas associadas;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados por objetivo, medida e ação, segundo as dimensões transversais e os indicadores específicos definidos no documento “Notas explicativas”, complementar ao PA.

Relativamente aos dados recebidos importa salientar que se receberam dados das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED<sup>8</sup> e das restantes doze Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED<sup>9</sup> que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022.

No caso da PPONGD e da ARIPESE, foram ainda tidas em conta as suas associadas. Neste âmbito, foram contactadas 35 ONGD, que atuam na área da ED registadas na PPONGD, Entidade Subscritora do Plano de Ação, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Por indicação do CICL, foi ainda contactada a AMI - Assistência Médica Internacional, a qual, apesar de não ser associada de uma ESPA e, portanto, não ter assumido compromissos relativos ao PA da ENED, implementa um projeto europeu, cofinanciado pela linha de ED do CICL, motivo pelo qual se considerou pertinente a recolha de dados junto desta instituição. Os seus dados foram considerados juntamente com os dados das ONGD.

---

<sup>8</sup> O [CICL - Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.](#), o Ministério da Educação, através da [DGE - Direção-Geral da Educação](#), a [Plataforma Portuguesa das ONGD \(PPONGD\)](#) e a [ONGD CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral](#) (apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

<sup>9</sup> [ACM – Alto Comissariado para as Migrações](#); [ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local](#); [APA - Agência Portuguesa do Ambiente](#); [APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural](#); [ARIPESE – Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE](#); [CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género](#); [CNJ - Conselho Nacional da Juventude](#); [Comissão Nacional da UNESCO](#); [CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente](#); [IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude](#); [PPDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#); [RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento](#). Foram incluídos ainda os dados da Comissão de Acompanhamento (apesar de ser uma Comissão constituída por 4 ESPA, os seus dados serão tratados enquanto uma entidade individual uma vez que a CA assume compromissos específicos no Plano de Ação).

Por indicação da PPONGD foram criados perfis para 35 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 19 organizações<sup>10</sup>, representando 54% do total contactado<sup>11</sup>. No campo das ESE conseguimos estabelecer contacto com doze das treze instituições associadas da ARIPESE, para as quais foi criado um perfil individual. Foi possível recolher respostas de 6 instituições<sup>12</sup> (50% do universo contactado)<sup>13</sup>.

A Comissão Nacional da UNESCO, o Alto Comissariado para as Migrações, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, a ARIPESE – Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE, a Associação de Professores para a Educação Intercultural e a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres informaram que não desenvolveram, no ano 2018, ações vinculadas à ENED 2018-2022.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório 41 das 63 entidades com perfis criados (as 4 entidades que compõem a CA, a própria CA que funciona como ator, como explicado anteriormente, 11 entidades subscritoras do PA da ENED 2018-2022, 19 ONGD e 6 ESE)<sup>14</sup>, o que representa um universo de 65% do total das entidades contactadas.

Apesar de se saber da existência de outras instituições que trabalham em ED, optou-se por contactar apenas as entidades que subscreveram o Protocolo de implementação do PA da ENED de forma a aferir o cumprimento dos seus compromissos.

Importa salientar que, uma vez que este é o primeiro relatório relativo à ENED 2018-2022, o processo que levou à recolha de dados para sua elaboração teve algumas particularidades: i) a assinatura do protocolo de colaboração para subscrição do Plano de Ação da ENED 2018-2022 decorreu apenas em novembro de 2018, o que não permitiu levar a cabo um processo exclusivamente dedicado à planificação das ações para 2018. Desta forma, os processos de planificação e reporte das ações aqui tratadas foram realizados em

---

<sup>10</sup> [ADRA Portugal - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência](#); [AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global](#); [AMI - Assistência Médica Internacional](#); [AMU - Ações para um Mundo Unido](#); [Cáritas Portuguesa](#); [CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral](#); [FEC - Fundação Fé e Cooperação](#); [FGS - Fundação Gonçalo da Silveira](#); [FCL - Fundação Cidade de Lisboa](#); [G.A.S. Porto - Grupo de Ação Social do Porto](#); [IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr](#); [Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses](#); [PAR - Respostas Sociais](#); [Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano](#); [SAPANA](#); [SOLSEF - Sol Sem Fronteiras](#); [URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano](#); [VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano](#); [WACT - We Are Changing Together](#). Recordar-se que o CIDAC, apesar de ser membro da Comissão de Acompanhamento é considerado em termos de reporte de dados como ONGD.

<sup>11</sup> Quatro instituições (11%) informaram que não realizaram atividades de ED e quinze (43%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento.

<sup>12</sup> [ESE - Escola Superior de Educação de Beja](#); [ESEB - Escola Superior de Educação de Bragança](#); [ESECB - Escola Superior de Educação de Castelo Branco](#); [ESECS - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre](#); [ESE - Escola Superior de Educação de Setúbal](#); [ESE - Escola Superior de Educação de Viana do Castelo](#).

<sup>13</sup> [Apenas uma escola informou da não existência de ações de ED, no ano de 2018, e cinco deram uma resposta positiva, enviando os seus dados para tratamento](#).

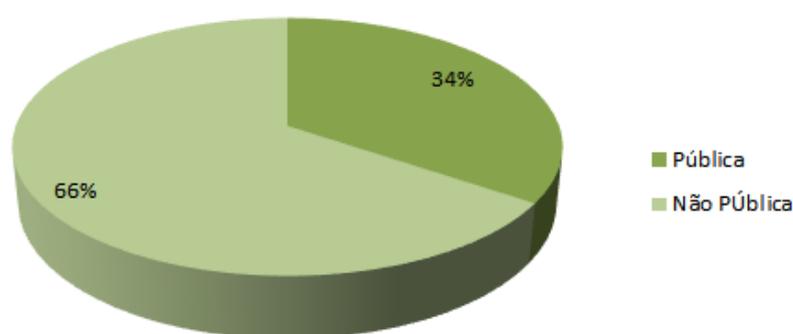
<sup>14</sup> Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 1 “Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão”.

simultâneo; ii) o primeiro semestre de 2019 foi dedicado à elaboração do referido instrumento de planificação e recolha de dados, tendo a sua experimentação decorrido apenas no 2º semestre de 2019, o que atrasou o processo de reporte; iii) o processo de experimentação pelas entidades aquando da submissão dos dados relativos a 2018, e visto que estamos perante um instrumento totalmente novo, necessitou de um acompanhamento personalizado por parte da equipa do secretariado, com vista à sua capacitação, tendo demorado mais tempo do que o previsto e encerrando apenas no final do ano de 2019; iv) representa a experimentação de uma nova lógica de intervenção, utilizando como unidade a “ação”, de acordo com o estabelecido no Plano de Ação da ENED; v) exigiu das entidades respondentes uma grande capacidade de adaptação uma vez que os projetos em vigência em 2018 ainda foram concebidos utilizando a lógica da anterior ENED o que dificultou a fase de reporte no quadro de um novo documento, com uma nova lógica de intervenção; vi) impediu o reporte de dados para indicadores mais específicos uma vez que não se sabia, de antemão, que dados seriam necessários e, portanto, não foram tidos em consideração no momento de recolha dos mesmos (ex. sexo dos e das participantes, instituição de origem, proveniência geográfica, entre outros).

## 2 – Análise de dados gerais

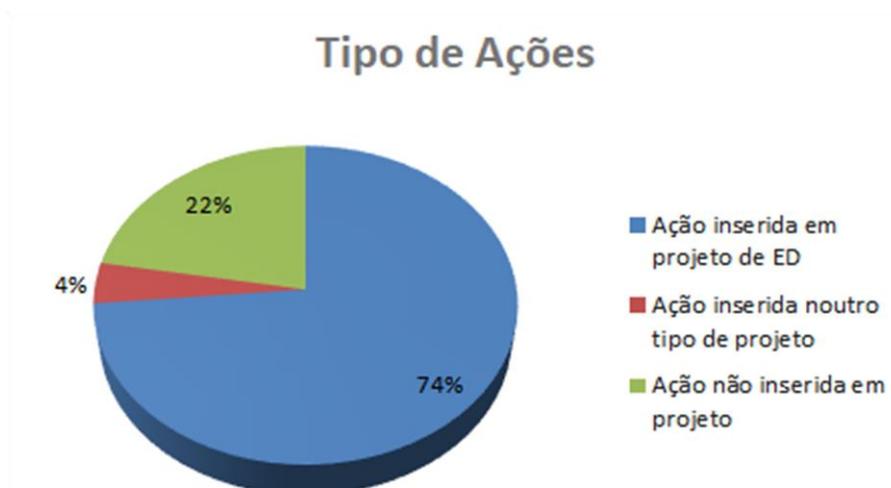
De uma análise dos dados globais e introdutórios, importa salientar, desde logo, a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições. É possível observar que, das 29 instituições que reportaram, 10 são públicas (34%) e 19 são *não públicas* e sem fins lucrativos (66%).

### Tipologia da Instituição

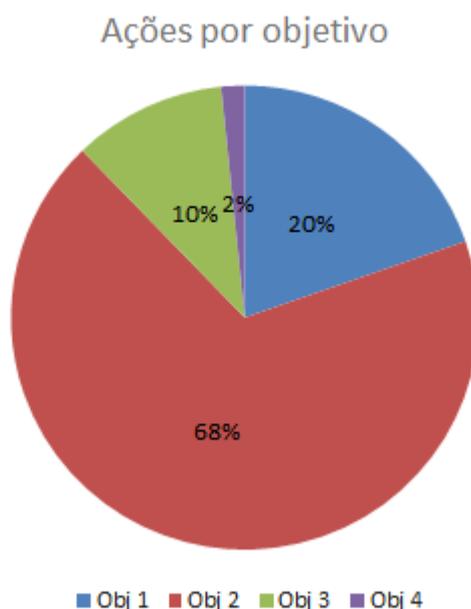


Relativamente à organização dos dados por três tipologias de ação (ações inseridas em projeto de ED, ações inseridas noutra tipo de projetos e ações não inseridas em qualquer tipo de projeto, verifica-se que, num total de 1235 ações reportadas, 909 (74%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 51 (4%) referem-se a ações inseridas noutra tipo de projetos e 275 ações (22%) são ações não inseridas em nenhum projeto.

### Tipo de Ações



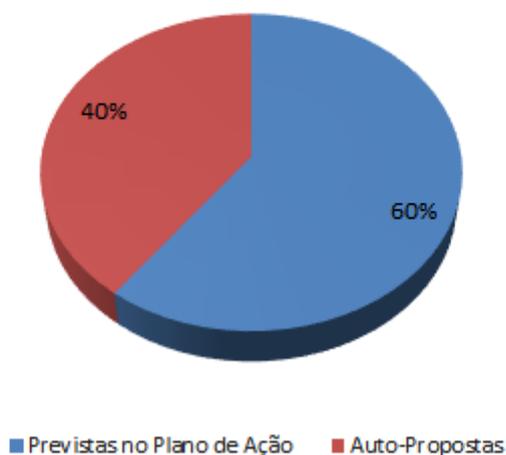
Quanto ao enquadramento das ações reportadas no objetivo do Plano de Ação para o qual estas respondem de forma mais direta constata-se que 243 (20%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 841 (68%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 131 (10%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 20 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED”<sup>15</sup>.



No que concerne à quantidade de ações reportadas optou-se por alargar a recolha de dados a ações inicialmente não previstas de modo a recolher o máximo de informações sobre as ações em ED em Portugal implementadas pelas ESPA e suas associadas. Como se pode constatar através do próximo gráfico, 60% (744) das ações estavam previstas em Plano de Ação enquanto que 40% (491) não estavam previstas e por esse motivo foram reportadas enquanto auto-propostas.

<sup>15</sup> Importa referir que estes números não devem ser comparados entre si, pois o número de ações estimadas em PA é variável conforme cada objetivo, a título de exemplo, ao passo que o objetivo 2 é o que mais metas têm a atingir, o objetivo 4 é o que tem menor número de ações estimadas. É de realçar também que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade, ou seja, diferentes tipos de organização têm diferentes responsabilidades e compromissos assumidos em cada objetivo.

### Previstas vs Auto-Propostas



De seguida realizar-se-á uma comparação entre as ações previstas e as ações efetivamente realizadas o que permitirá uma leitura da cobertura de cada ação e conseqüentemente de cada um dos quatro objetivos que a ENED 2018-2022 se propõe alcançar até 2022.

A exemplo dos anos transatos, foram estabelecidos os Termos de Referência (TdR) que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em anexo<sup>16</sup>, constituindo as linhas mestras deste relatório.

Verificou-se, mais uma vez, que o processo de elaboração do relatório anual – desde a implementação do instrumento de recolha de dados, ao contacto com as instituições, a recolha, tratamento e interpretação de dados à redação final – permite um processo de aprendizagens conjuntas e que têm influências nas decisões tomadas e a tomar relativas à planificação anual e ao reajustamento do Plano de Ação 2018-2022.

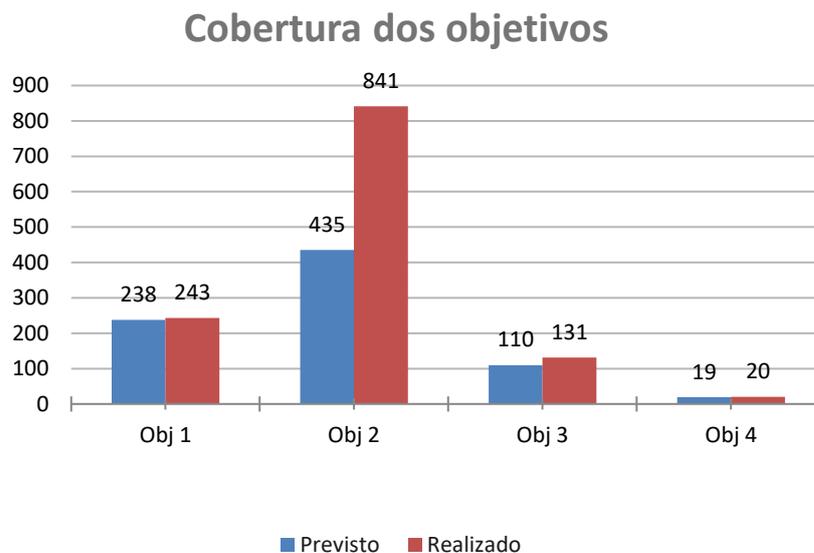
---

<sup>16</sup> Anexo 2 “Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED - 2018”.

### 3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

#### ○ Cobertura global dos objetivos

Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



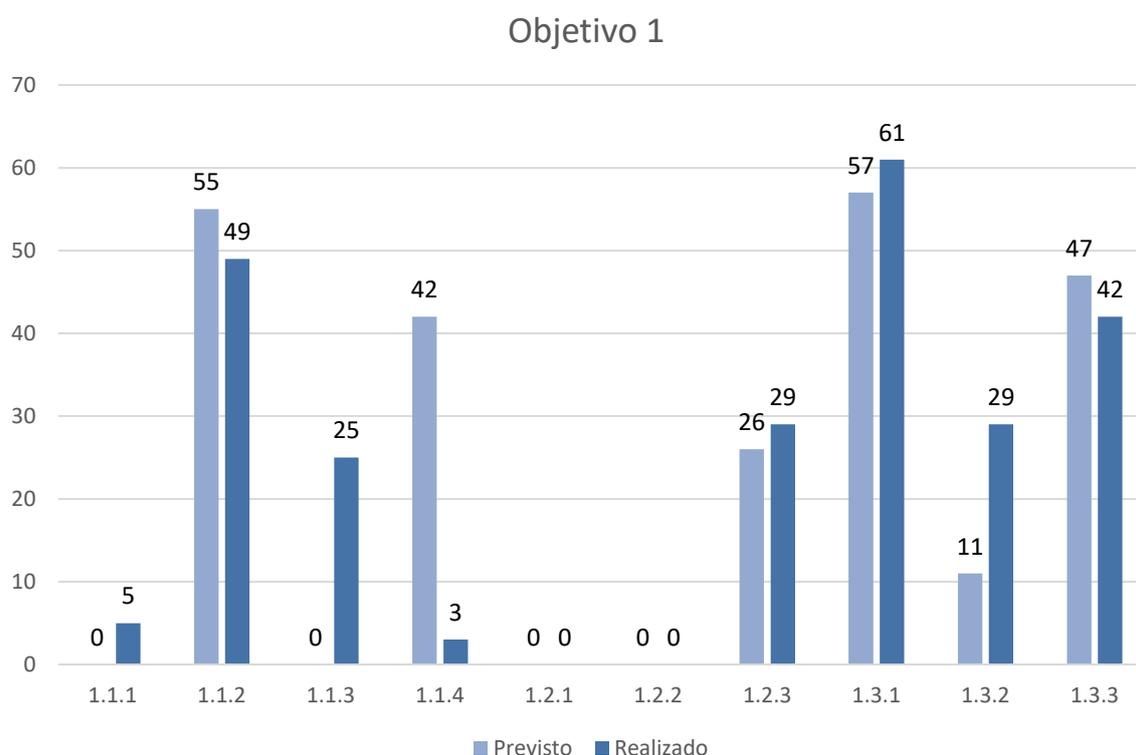
A observação do gráfico permite-nos perceber que:

- todos os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos;
- os objetivos são bastante díspares no número de compromissos que pressupõem à partida, não permitindo qualquer tipo de comparação absoluta entre si;
- o objetivo 2 é aquele onde se verificam valores bastante superiores ao previsto, o que pode ser explicável pela natureza das medidas e ações que o compõem e com o número de atores que intervêm no seu cumprimento e implementação.

Seguidamente, apresenta-se uma análise pormenorizada de cada objetivo, respetivas medidas e ações, de forma a aferir o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Ação da ENED.

### ○ Objetivo 1

#### **Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento**



Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 243 (20%) das ações reportadas. Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar que os níveis de cobertura excedem, em quase todas as situações, as ações previstas. No entanto, justifica-se uma análise mais detalhada.

No âmbito da medida 1.1, relativa à “Formação de agentes educativos”, é possível identificar que:

- ao contrário do previsto, executaram-se diversas ações relacionadas com a formação inicial de docentes (1.1.1) e com a formação de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade (1.1.3);
- as ações reportadas para a ação 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, ficou um pouco aquém do previsto;

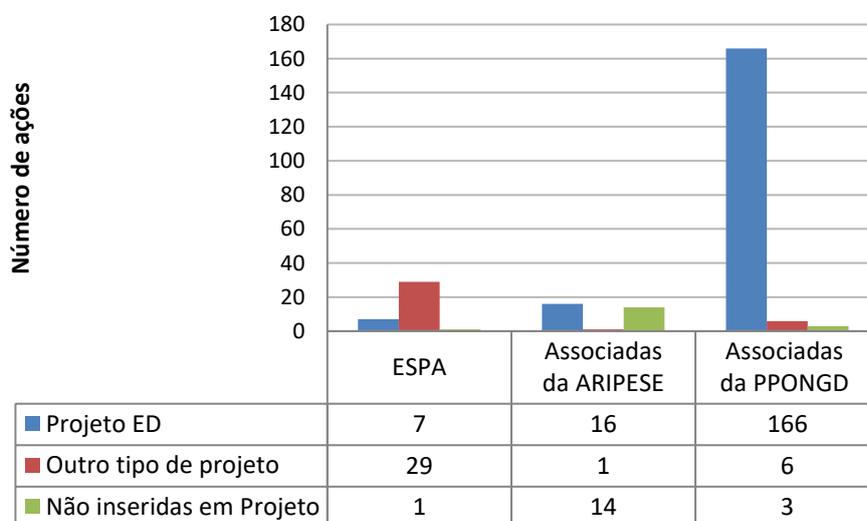
- existe uma discrepância assinalável entre as ações previstas e as executadas no âmbito da ação 1.1.4, “realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer sector de atividade”. Depois de contactar os atores com responsabilidades nesta ação, detetou-se um lapso de contabilização de compromissos aquando da elaboração do Plano de Ação para além de uma confusão na interpretação do indicador pedido – número de ações e não número de participantes.

Relativamente à medida 1.2, dedicada à “Capacitação de organizações”, há apenas a registar a superação dos compromissos relativos à medida 1.2.3, de “realização de ações de capacitação de outras entidades”. As restantes ações desta medida não tinham compromissos para o ano de 2018.

No contexto da medida 1.3, que prevê a “Produção de conteúdos e recursos”, deve assinalar-se favoravelmente um cumprimento superior ao previsto das ações dedicadas à produção de recursos educativos e conteúdos sobre ED (1.3.1) e à produção de conteúdos científicos sobre ED (1.3.2). Já no que diz respeito à ação 1.3.3, a “disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida” fica um pouco abaixo do expectável (menos 5 ações). É ainda de realçar que durante a fase de preenchimento do instrumento de recolha de dados se verificou a necessidade de reforçar junto das entidades respondentes que nesta ação apenas se deve reportar a divulgação de conteúdos ou recursos referidos nas outras duas ações desta medida.

O pedido de caracterização dos dados recolhidos quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida a projeto ED, ação inserida nouro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto – permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores.

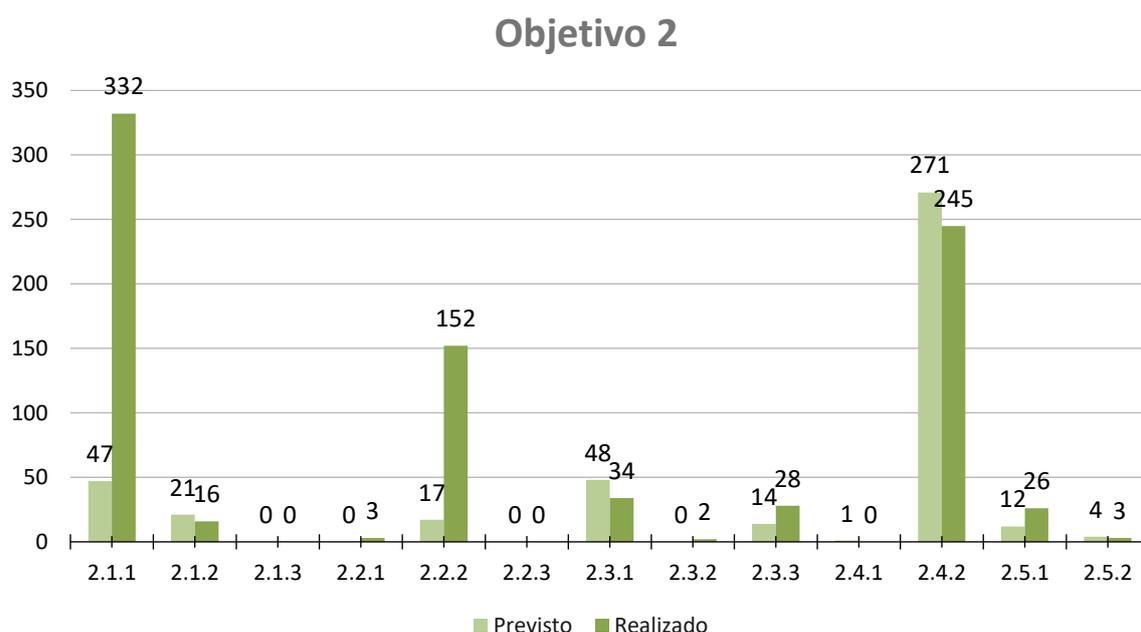
### Objetivo 1



Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, a existência de projetos de ED nas três tipologias de atores envolvidos – ESPA, ESE e ONGD – e a relevância das ONGD na implementação de projetos nesta área.

## ○ Objetivo 2

### ***Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED***



Para o objetivo 2, foram reportadas 841 (68%) ações dedicadas a “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”, obtendo-se, desta forma, um saldo bastante positivo face ao previsto (435). Não obstante, uma observação mais detalhada revela informações relevantes.

Relativamente à medida 2.1, “Reforço da integração da ED no sistema educativo”, há a assinalar os valores da ação 2.1.1, “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” que ultrapassaram de uma forma muito significativa - em 285 - os valores previstos. Estes dados podem ser justificados por três razões: em primeiro lugar, pela inclusão no reporte de uma organização da sociedade civil que não tinha sido incluída na fase de planeamento e que reportou 164 ações; em segundo lugar, por várias das entidades envolvidas superarem largamente os números previstos; e, em terceiro lugar, por alguma dificuldade na interpretação da unidade a reportar como indicador para esta ação. Depois de algum debate ao nível da CA e das ESPA, julgou-se importante clarificar este indicador, enviando a todas as entidades que reportam a seguinte informação: “deverá ser considerada como unidade de reporte o

número total de ações realizadas (idas às escolas) e não o número de escolas e/ou agrupamentos onde se realizam as ações. Como informação complementar solicita-se a identificação das escolas e/ou agrupamentos onde se realizaram as ações. As idas às escolas que, por exemplo, tenham como objetivo fazer um acompanhamento do projeto não devem ser tidas em conta para o reporte”.

No que diz respeito à ação 2.1.2, “sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário”, verificou-se um valor ligeiramente mais baixo do que o previsto (menos 5).

As ações relativas à medida 2.2, de “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal” dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2) apresentam resultados superiores ao previsto. Nesta última medida, em que a superação é mais visível, verifica-se uma grande relevância dos dados reportados pela Plataforma das ONGD e suas associadas tendo sido assumida uma subestimação dos dados aquando da elaboração do respetivo Plano de Ação. A ação 2.2.3 refere-se a uma atividade prevista apenas para 2021 - a “elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha”.

A medida 2.3 refere-se a ações de “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas” com titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais (ação 2.3.1), com “membros nacionais dos órgãos políticos europeus” (ação 2.3.2) ou com “entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas” (2.3.3). Os valores desta medida superam os dados previstos sendo que existem ligeiras discrepâncias face ao previsto, quer por excesso (2.3.3 – mais 14 ações) quer por defeito (2.3.1 – menos 14 ações). De realçar que não estavam previstas ações para 2018 relativas à 2.3.2 tendo sido reportadas duas “iniciativas de diálogo sobre os desafios da ED com membros nacionais dos órgãos políticos europeus”.

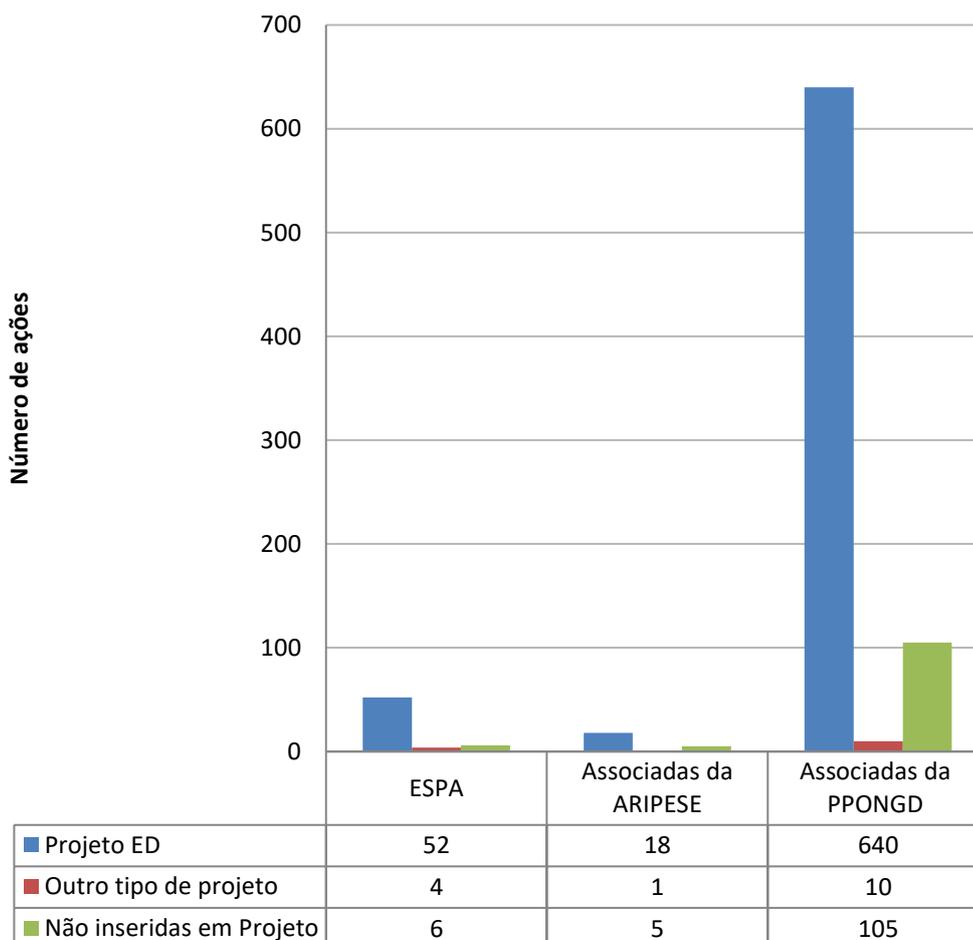
Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o “Envolvimento dos meios de comunicação social”, é de salientar a existência de dificuldades de interpretação da ação 2.4.2, na qual se refere a “publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”. Após o contacto com vários atores participantes no processo de recolha de dados, foi possível identificar que várias entidades assumiram poder integrar nesta ação as publicações feitas por si mesmas, nos seus meios de comunicação (*websites, blogues, páginas de facebook, instagram, etc.*), não reconhecendo que a ação se referia ao envolvimento de meios de comunicação enquanto setor de atividade, ou seja, entidades de comunicação social, através de qualquer um dos seus meios de comunicação (mais tradicionais, como jornal em papel, por exemplo, ou através das suas redes sociais). Esta interpretação indevida fez com que várias entidades

assumissem compromissos para o Plano de Ação que posteriormente, na fase de reporte, perceberam não serem exequíveis após a explicitação deste entendimento sobre a ação. Talvez seja importante uma reformulação dos valores dos compromissos desta ação.

No que concerne à medida 2.5, dedicada à “Participação internacional”, foram reportadas com valores excedentários (mais 14 ações) a “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal” (2.5.1) e, com uma ação a menos, a “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais” (2.5.2).

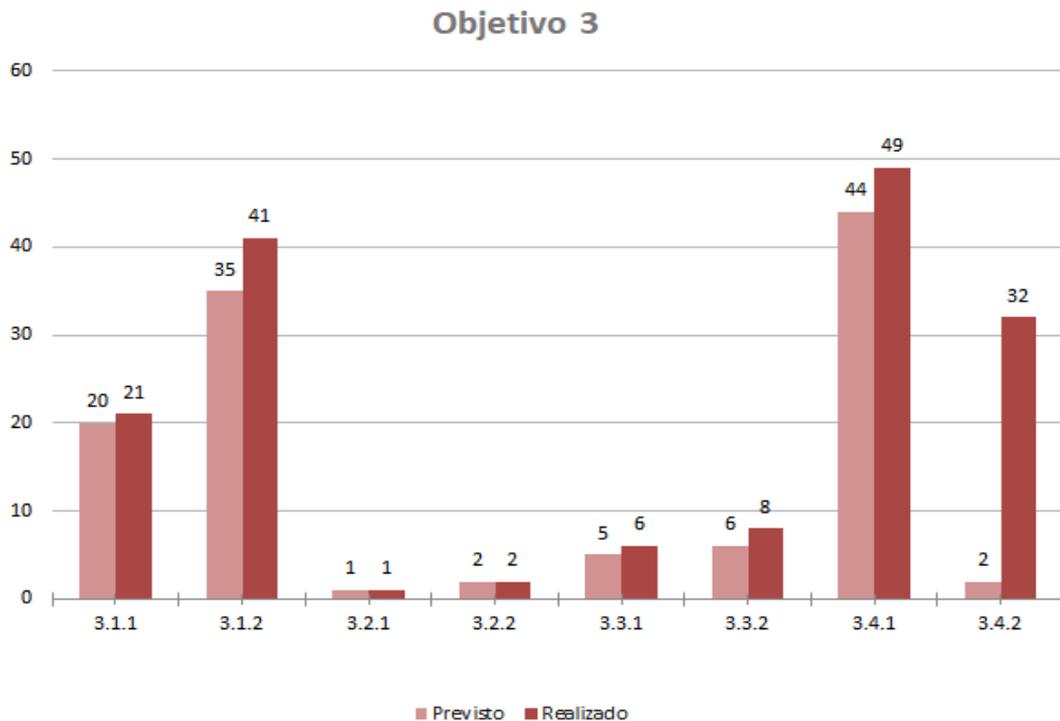
Quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, mantém-se a predominância das ONGD na implementação de projetos sendo, no entanto, de salientar, a presença de um número considerável de ações inseridas em projetos de ED da responsabilidade das ESPA.

## Objetivo 2



### ○ Objetivo 3

#### ***Afirmar a importância e promover a transversalização da ED***



No âmbito do objetivo 3, “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas 131 (10%) ações<sup>17</sup>, sendo possível constatar, imediatamente, o cumprimento de todas as ações previstas e até a sua superação em grande parte dos casos.

Relativamente à medida 3.1, que prevê o “Reconhecimento formal da ED” em documentos estratégicos e operacionais em entidades de diferentes naturezas (3.1.1 e 3.1.2) verifica-se que existe um valor para além do previsto. Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 21 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de Ação das ENED 2018-2020<sup>18</sup>. Relativamente aos dados inseridos na ação 3.1.2, identificam-se as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e as ONGD e outras

<sup>17</sup> Verifica-se um desfasamento de 29 ações entre o número de ações reportadas (131) e o número de ações inseridas no gráfico (160), uma vez que um dos indicadores da ação 3.4.1 apresenta um carácter excepcional, juntando às respostas submetidas pelas entidades, dados recolhidos pela própria equipa de redação do relatório. Esta situação será analisada com maior pormenor na secção da análise dos indicadores, nas páginas 40-41.

<sup>18</sup> Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

entidades que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

Ainda relativamente à medida 3.1, um dos indicadores específicos seria o de identificar o número de entidades que se reconhecem, ou não, formalmente ligadas ao setor da Educação. No entanto, e porque a responsabilidade de reportar esta medida é da CA e não das entidades em si, não foi possível recolher dados que respondam a este indicador. Será feita uma alteração ao instrumento de recolha de dados de forma a poder recolher esta informação aquando da caracterização geral da instituição.

A medida 3.2, dedicada à “Articulação nacional na tomada de decisões”, quer através da “realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA” (3.2.1), quer através da “inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes” (3.2.2) viu os seus valores serem 100% cumpridos. Nas ações respeitantes à “Articulação internacional na tomada de decisões” (medida 3.3), seja através de realização de reuniões e outras ações (3.3.1), seja através da elaboração de documentos (3.3.2) verificam-se valores ligeiramente acima dos expectáveis (3 ações).

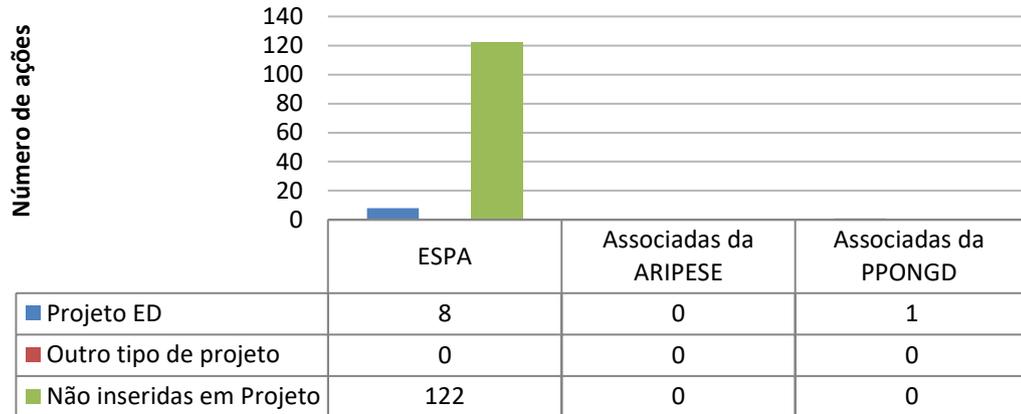
Por último, no âmbito da medida 3.4, de “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, importa verificam-se mais 5 ações de mobilização de recursos afetos expressamente a ED (3.4.1) do que o previsto e mais 30 ações de mobilização pelas ESPA de outros recursos para ED (3.4.2). Esta discrepância de números é explicada pelo facto de esta ação ser composta por dois indicadores - “número de dispositivos financeiros não afetos expressamente à ED mobilizados para ED” e “número de programas, projetos e outras ações financiados por instrumentos não afetos expressamente à ED” - sendo que no Plano de Ação apenas foram previstos para 2018 dados relativos ao primeiro indicador (2 dispositivos financeiros) mas foram reportados dados relativos aos dois indicadores (com estes 2 dispositivos foram apoiados 30 programas, projetos e outras ações)<sup>19</sup>.

Quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto podemos verificar que no âmbito do objetivo 3 há a salientar a predominância de ações levadas a cabo pelas ESPA na implementação de ações, apesar de maioritariamente não inseridas em projeto.

---

<sup>19</sup> Esta situação será analisada com maior pormenor na secção da análise dos indicadores, nas páginas 40-41.

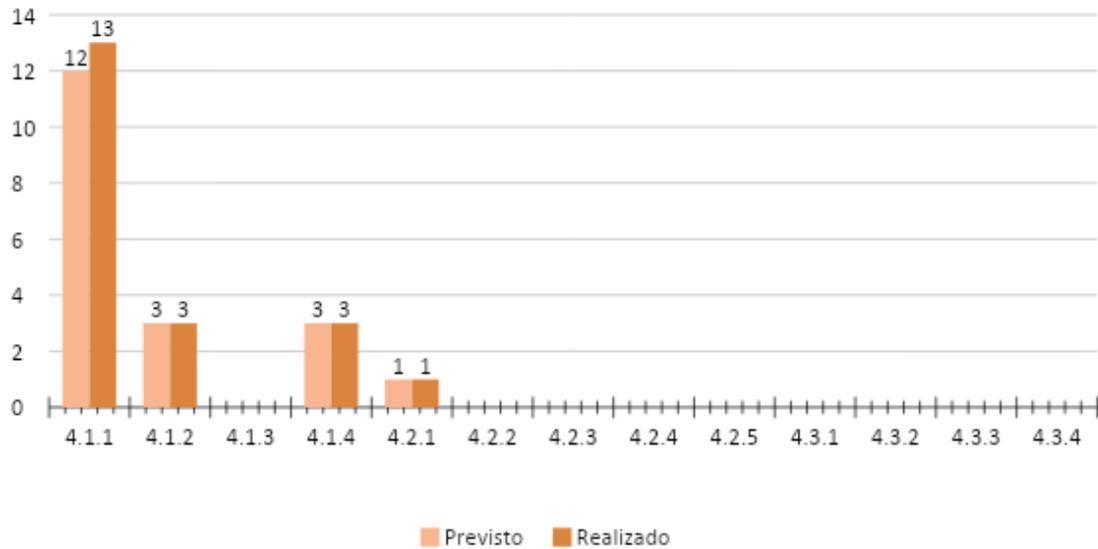
### Objetivo 3



o Objetivo 4

**Consolidar a implementação da ENED**

### Objetivo 4

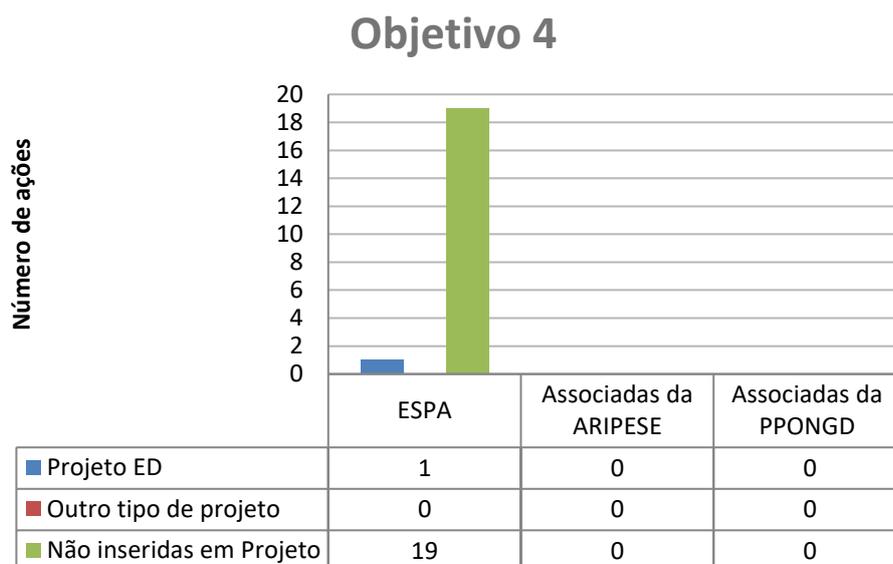


O objetivo 4 está direcionado para a “Consolidação da implementação da ENED” e apresentou um reporte de 20 (2%) ações, sendo o objetivo que menos ações tinha previstas para o ano de 2018.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o “Modelo institucional” de funcionamento, a cobertura está dentro do previsto: na ação 4.1.1, “realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)” ultrapassou-se o valor previsto tendo sido levada a cabo mais uma sessão; na ação 4.1.2, “realização de sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA” bem como na ação 4.1.4, “apresentação de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED em reuniões da CA, do grupo de ESPA” ou noutros processos de concertação relevantes, os valores previstos foram totalmente cumpridos.

A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um “Sistema de acompanhamento” da ENED sendo que a sua ação 1, “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED”, é cumprida com a elaboração do presente relatório.

As restantes ações da medida 4.2 bem como as ações respeitantes à medida 4.3, de promoção de uma “Cultura de avaliação na ENED”, apenas estão previstas a partir de 2019.



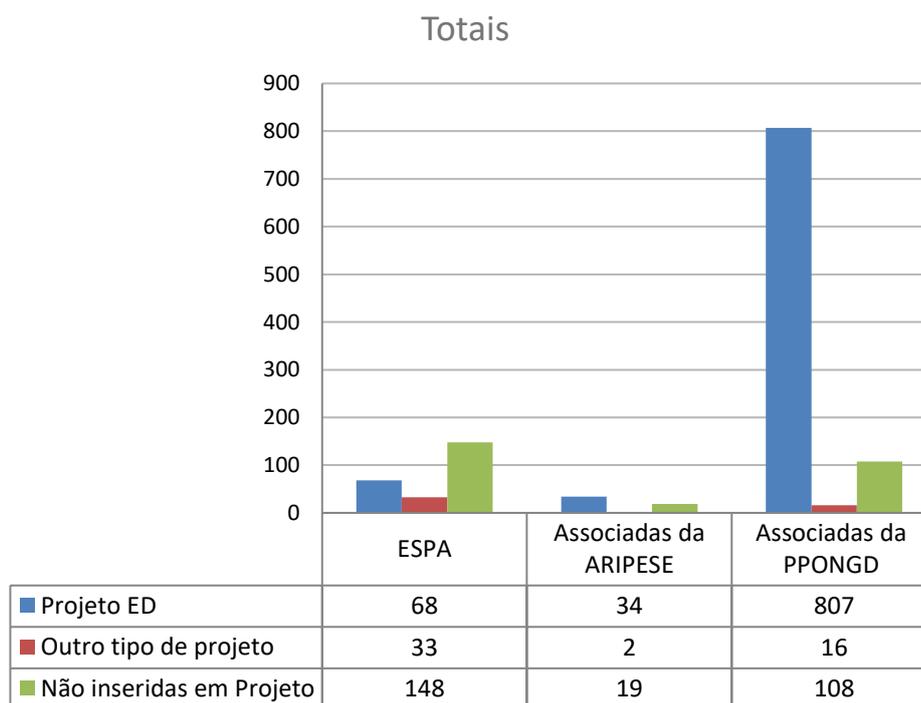
O objetivo 4, dado o seu carácter focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, quase não apresenta ações inseridas em projeto e apenas se refere a ações a desenvolver por elementos das ESPA.

## ○ Medidas Transversais

Relativamente às Medidas Transversais (MT), quer a “realização do Fórum de ED” (MT1), quer a “realização de edições das Jornadas de ED” (MT2) não tinham compromissos para o ano de 2018, não havendo, por isso, dados a reportar.

## ○ Análise por projeto

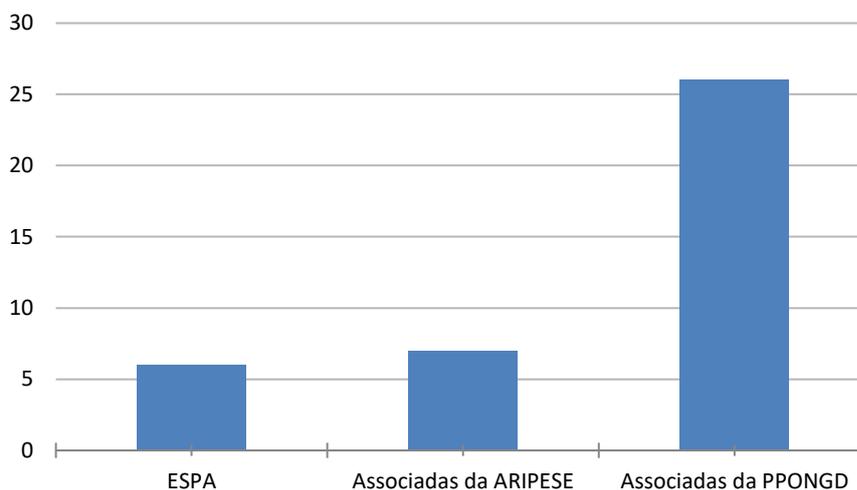
Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de “ações” poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações avulsas, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de projetos de ED que enquadram a grande maioria das ações reportadas, como se pode ver no gráfico seguinte.



A importância atribuída à existência de projetos organizados advém da assunção de vários fatores: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um

envolvimento maior quer dos parceiros quer dos e das participantes; e, por tudo isto, têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Considerou-se, assim, fundamental identificar quantos e que projetos enquadram as ações reportadas enquanto tal<sup>20</sup>.



Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar a existência de 26 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 7 pelas associadas da ARIPESE e 6 pelas restantes ESPA.

Foi detetada ainda a necessidade de incluir nas futuras sessões de capacitação sobre a ENED a discussão conjunta com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, por projeto de ED.

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre os projetos de ED reportados, consultar Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”.

## 4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão

Neste apartado proceder-se-á à análise dos dados de cada objetivo aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Segundo o documento supracitado, o objetivo desta análise é o de “qualificar e contextualizar a concretização de cada medida, no sentido de se obter informação que permita tirar conclusões do contributo das ações realizadas para a transformação da sociedade (...)” (Notas explicativas, p. 1).

Uma vez que quer os indicadores gerais quer os específicos não são idênticos para todos os objetivos e que estes objetivos são muito diferentes quer na sua natureza quer na tipologia de ações que integram, considerou-se mais relevante proceder a uma análise por objetivo que permita uma maior aproximação e caracterização das ações decorrentes no âmbito de cada um.

### ○ Objetivo 1

Como pudemos verificar anteriormente, no objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 243 ações.

Importa recordar que este objetivo é dedicado a 3 medidas:

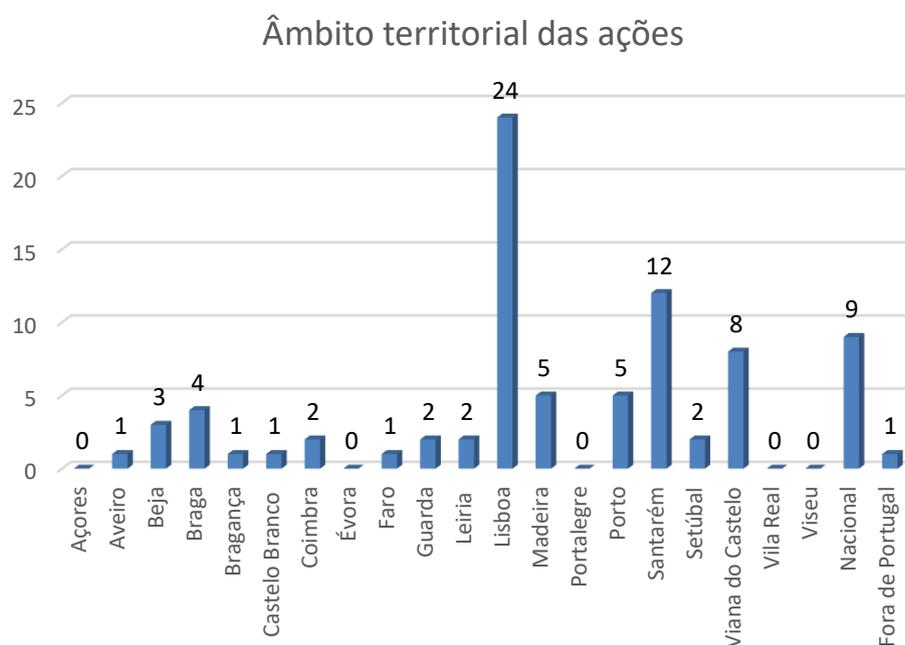
- **Medida 1.1** – Formação de agentes educativos
- **Medida 1.2** – Capacitação de organizações
- **Medida 1.3** – Produção de conteúdos e recursos

No gráfico seguinte pode verificar-se a **distribuição geográfica** de 83 das ações reportadas<sup>21</sup>. É de salientar que Lisboa, Santarém e Viana do Castelo são os distritos que acusam um maior número de ações desenvolvidas. A nível nacional foram reportadas 9 ações e a nível internacional 1 ação. Atente-se que existem 4 distritos e uma região

---

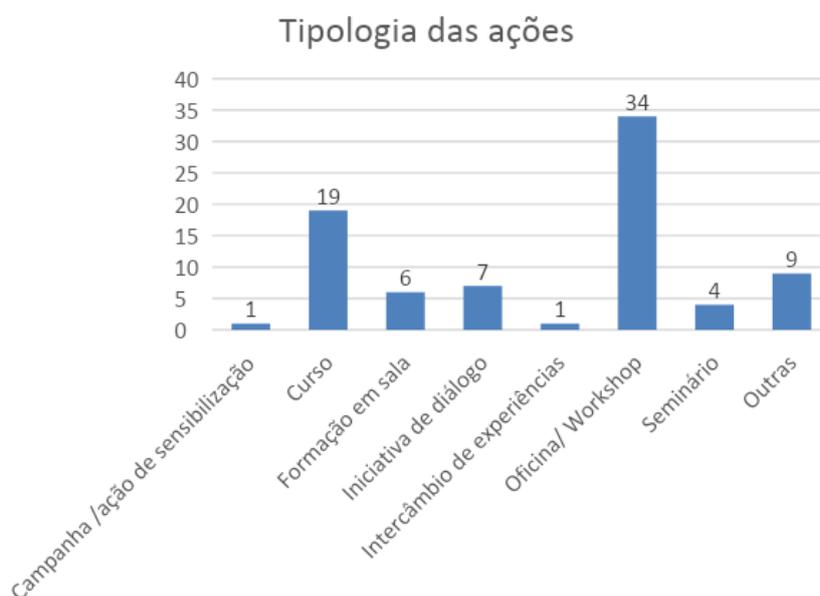
<sup>21</sup> Dados recolhidos em todas as ações da medida 1.1 e 1.2 do objetivo 1.

autónoma para os quais não foram reportadas ações (Évora, Portalegre, Vila Real, Viseu e Açores).

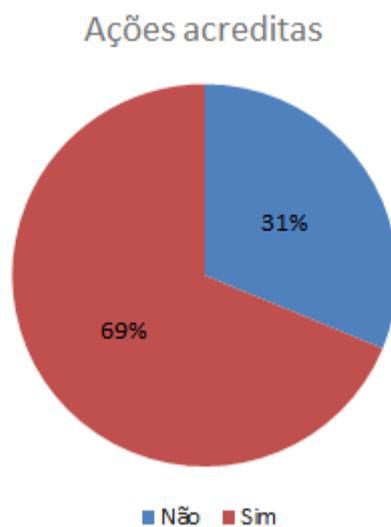


Relativamente à **tipologia** das ações desenvolvidas<sup>22</sup> foi possível averiguar que a maioria das ações reportadas é do tipo oficinas/*workshops* e cursos. Para além das categorias visíveis no gráfico seguinte, foram ainda mencionadas 9 outras tipologias relacionadas com a opção “outra”, a saber: formação em sala e trabalho autónomo; encontro nacional de carácter formativo; sessões individuais e de grupo; processo de diagnóstico e formação em sala e estágio em escola.

<sup>22</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.2.3.

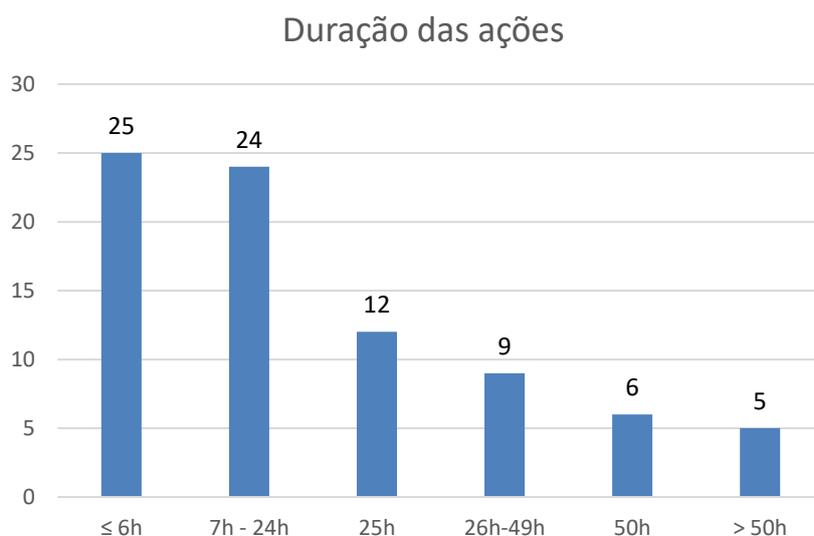


No que se refere especificamente à ação 1.1.2 “realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED”, foram reportadas um total de 49 ações das quais 33 (69% ) são ações acreditadas e 15 (31%) são ações não acreditadas.



Em relação ao número de ações certificadas<sup>23</sup>, indicador específico das ações 1.1.3 e 1.1.4, formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, não foi possível obter dados.

Estas ações desenvolvidas no objetivo 1 tiveram uma **duração** variável. Dos 81 reportes<sup>24</sup> que apresentaram dados para este indicador específico, o número maior de ações (25) teve uma duração igual ou menor a 6 horas, 24 ações tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas, 12 ações são de 25h e 20 tiveram uma duração superior a 25 horas.



Em relação à medida 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, do total de 49 ações reportadas, 3 ações foram de curta duração: 2 ações de 3 horas cada e 1 ação de 6 horas. Apesar de o regime jurídico da formação contínua de docentes - ensino não superior - não contemplar ações com menos de 3 horas foram reportadas três ações de 1 hora.

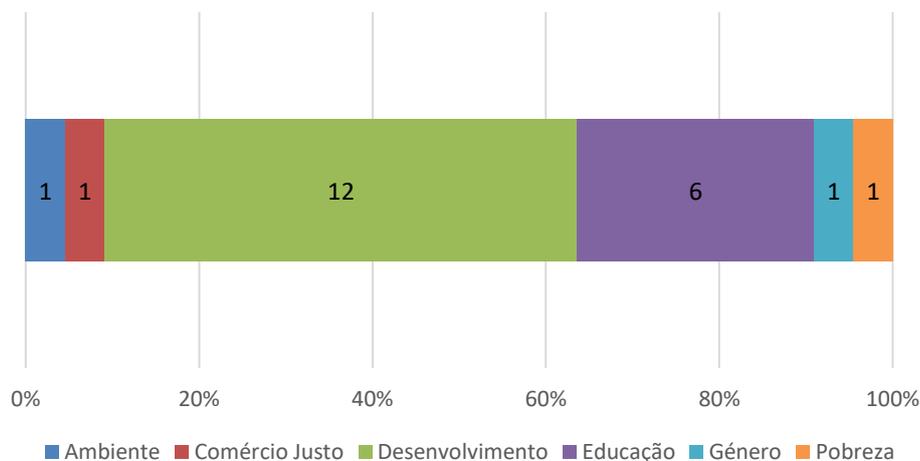
Quanto ao envolvimento das ESPA e suas associadas na organização das ações respeitantes à formação inicial e contínua de docentes, educadores/as e formadores/as, às ações de capacitação e à produção de recursos e conteúdos sobre ED<sup>25</sup> é possível aferir o envolvimento de 32, distribuídas pelos seguintes **setores de atividade**:

<sup>23</sup> De acordo com o glossário que acompanha a ENED, “aquelas que respeitam um conjunto de requisitos e deveres que definem a qualidade da prestação do serviço de formação da entidade formadora, de acordo com a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e o regime supletivo de certificação regulada por legislação setorial, gerido por diversas entidades setoriais.”

<sup>24</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

<sup>25</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3; 1.3.1.

## Setor de atividade das entidades organizadoras



É de realçar que esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada nos documentos produzidos no âmbito da anterior ENED (2010-2015). Para uma maior fiabilidade dos dados foi identificada a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados que permita que cada entidade faça a sua própria categorização.

Do gráfico importa salientar a grande predominância de organizações ligadas ao mundo do Desenvolvimento e da Educação.

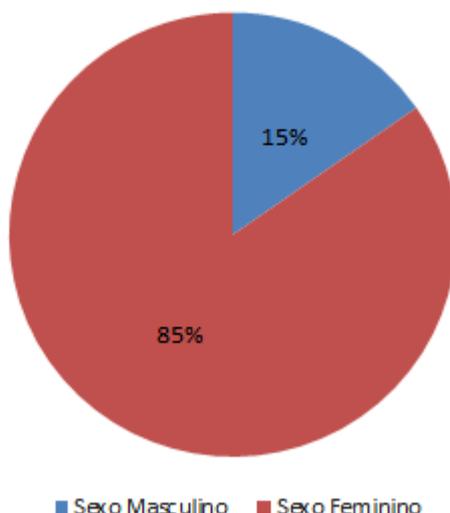
Em relação à ação 1.2.3, dedicada à “realização de ações de capacitação de outras entidades”, nas 29 ações reportadas, foi possível identificar a participação de 25 outras entidades, que não ESPA ou suas associadas.

Uma das dimensões transversais de análise é a da **participação**<sup>26</sup>. Nos dados relativos às medidas 1.1 e 1.2, foi possível apurar a participação de 3042 pessoas, não tendo sido possível a sua caracterização por instituição. Relativamente à nacionalidade, apenas foi possível recolher informação sobre 10, que foram identificados como sendo provenientes do Perú não havendo mais dados relativos a este indicador.

Os dados permitiram identificar o **sexo** de 1071 participantes, dos 3042 referidos anteriormente, de acordo com o gráfico abaixo, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (907).

<sup>26</sup> Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

## Sexo dos/as participantes



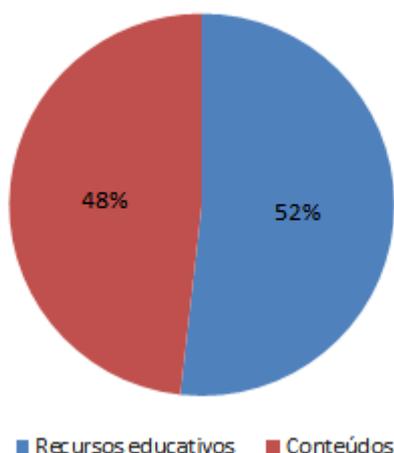
Relativamente aos indicadores específicos que visam recolher informações sobre o número de participantes **por instituição de origem e por proveniência geográfica**, foi possível recolher informações apenas sobre 373 pessoas, sendo a sua distribuição como se pode ver na tabela elaborada para o efeito.

Nome da instituição	Nº de participantes	Distritos
Escolas ou Agrupamentos de escolas	205	Lisboa, Setúbal, Bragança
Ensino Superior	101	Madeira, Faro, Viana do Castelo
Juventudes partidárias	38	Viseu, Santarém, Madeira e Nacional
Câmaras Municipais	15	Santarém, Cascais, Bragança
Organizações da Sociedade Civil	14	Nacional, Madeira, Faro

A análise dos dados permitiu estabelecer cinco categorias de **tipologias de instituições** – agrupamentos de escolas, ensino superior, juventudes partidárias, câmaras municipais e organizações da sociedade civil – sendo o número de referências decrescente por esta ordem. Os distritos referidos são os que se apresentam na última coluna. No entanto, estes dados devem ser lidos com muita cautela uma vez que correspondem apenas a cerca de 12% do número de participantes identificados no total.

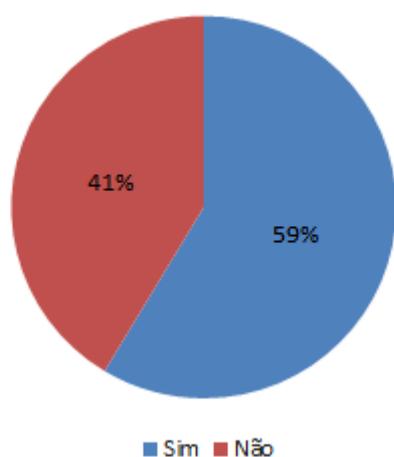
Importa de seguida aprofundar a medida 1.3, sobre a “Produção de conteúdos e recursos”, uma vez que para as ações que a constituem foram solicitados indicadores específicos. No âmbito da ação 1.3.1 desta medida, verifica-se um grande equilíbrio entre os vários **tipos de produção** uma vez que 52% (29) referem-se a recursos educativos e 48% (27) a conteúdos, ambos sobre ED.

## Tipo de produção



Relativamente à “produção de conteúdos científicos sobre ED” (ação 1.3.2), é visível que o **tipo de conteúdo** mais produzido são artigos e livros científicos (13), seguindo-se as teses doutoramento e dissertações de mestrado defendidas (7). Contabiliza-se ainda 9 outros conteúdos científicos, não especificados, considerados como bibliografia cinzenta. De referir que 59% (17) destes conteúdos científicos foram produzidos em **coautoria**. Dos dados recolhidos, é possível ir mais além e identificar que destes, 2 foram produzidos entre académicos e 4 entre académicos e não académicos.

## Coautoria na produção



Foi ainda questionado qual o número de conteúdos publicados com **revisão por pares**. Nesta questão foram identificados 13, sendo que 11 são livros e artigos científicos sobre ED e 2 são recursos educativos e outros conteúdos disponibilizados.

Continuando no âmbito da medida 1.3, a ação 1.3.3 foca a “disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida”. Através dela, verificamos que foram disponibilizados e disseminados 26 recursos educativos e conteúdos; 11 artigos e livros científicos; 1 disseminação de dissertação de mestrado e 1 outro conteúdo científico não discriminado.

Relativamente ao meio de **disseminação** dos conteúdos e recursos foi possível apurar os seguintes dados: 5 foram divulgados através de canais de comunicação social convencional e 41 por canais da comunicação social digital. Não foi possível apurar o número de disponibilizações por tipo de meio de comunicação por falta de dados.

## ○ Objetivo 2

Como exposto anteriormente, o objetivo 2, no qual se pretende “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED”, alcançou um reporte de 841 ações, sendo o objetivo que recolheu o maior número de ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- **Medida 2.1** - Reforço da integração da ED no sistema educativo
- **Medida 2.2** - Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal
- **Medida 2.3** - Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
- **Medida 2.4** - Envolvimento dos meios de comunicação social
- **Medida 2.5** - Participação internacional

A grande diversidade de medidas e de ações envolvidas neste objetivo origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos os quais se abordarão durante esta secção.

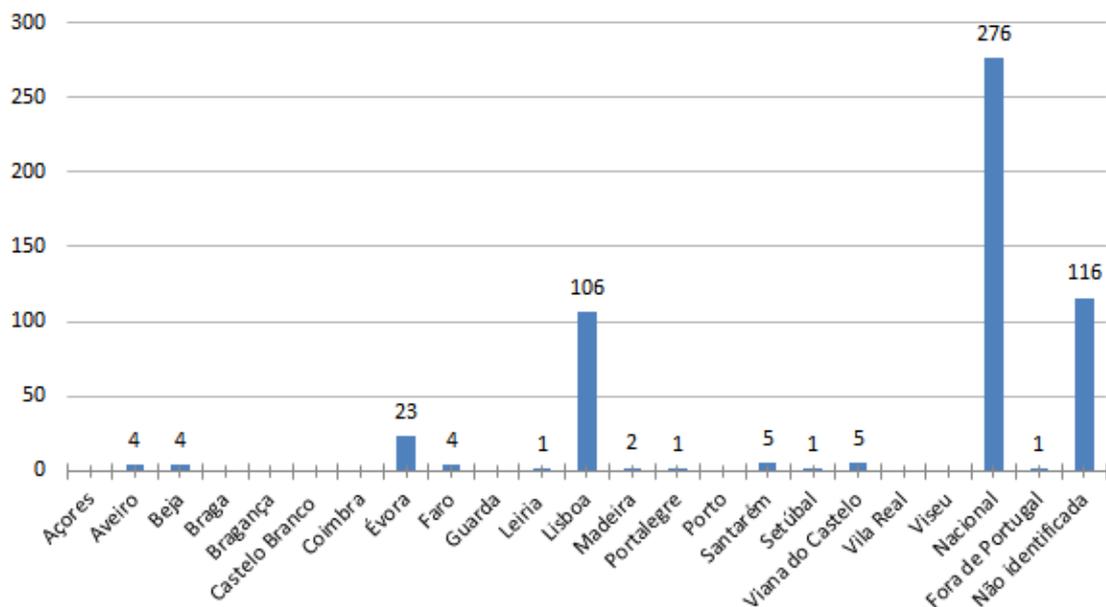
Relativamente à **dimensão territorial** das ações reportadas neste objetivo, pode verificar-se, no gráfico seguinte, a distribuição geográfica de 433 das 549 ações para as quais é pedida esta indicação<sup>27</sup>. É de salientar a expressividade das ações reportadas de âmbito nacional bem como das ações referentes ao distrito de Lisboa. Note-se, apesar da distância que separa os valores, os dados relativos a Évora. Com valores entre 1 e 5 referências sobressaem, por ordem decrescente, Santarém e Viana do Castelo, Aveiro, Beja e Faro,

---

<sup>27</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.3.

Leiria, Portalegre e Setúbal. Atente-se que existem 9 territórios para os quais não foram reportadas ações.

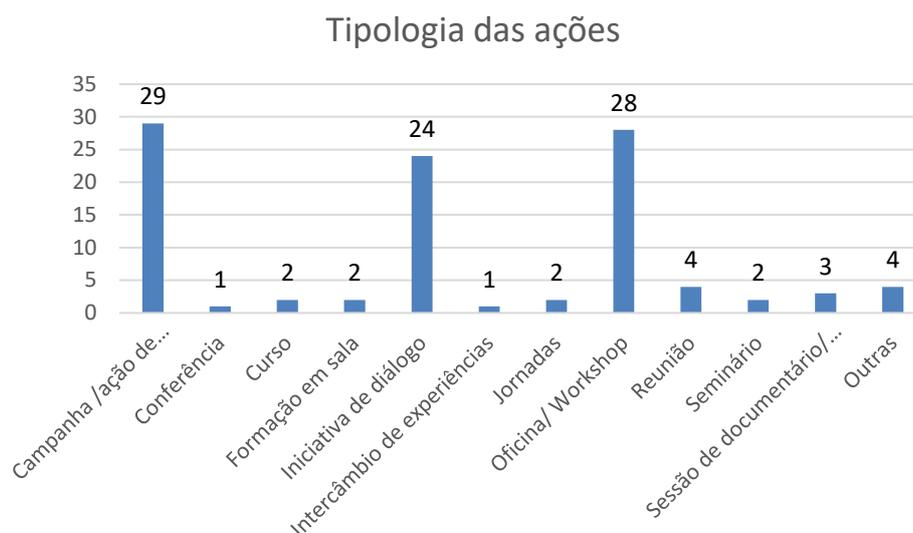
### Âmbito territorial das ações



Na ação 2.1.1, referente à “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação”, verifica-se uma situação semelhante, com a grande maioria das ações referidas a nível nacional (252), seguidas das indicações de Lisboa (65), de Aveiro (4), de Beja e Viana do Castelo (ambas com 3), de Santarém (2) e de Madeira, Portalegre e Setúbal, estas últimas com 1 referência.

No que concerne à **tipologia das ações**<sup>28</sup>, em 102 ações foi possível verificar a seguinte distribuição:

<sup>28</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.



É de salientar os valores próximos entre campanhas/ações de sensibilização, oficinas/*workshops* e, com valores menores próximos daqueles, iniciativas de diálogo, tipologias consonantes com as ações previstas para o objetivo. Na categoria “outra” foram nomeadas 2 vezes as “audiências parlamentares” e uma vez um “conselho consultivo” e um “evento público num espaço público”.

A **dimensão da participação** é outro indicador transversal, pedido sempre que possível. Assim, e relativamente ao objetivo 2, foi possível quantificar 959.603 participantes<sup>29</sup>. No entanto, apenas nos foi possível identificar, através dos dados recolhidos, a distribuição geográfica<sup>30</sup> de 10.561 participantes (que representa aproximadamente 1% do total de participantes envolvidos nas ações que pedem este indicador). Chamando a atenção para a pouca representatividade deste valor, apontamos apenas algumas tendências verificadas: cerca de 30% dos 10.561 são de Lisboa; seguem-se, a alguma distância, e por ordem decrescente, participantes da Madeira, Aveiro, Setúbal, Santarém, Porto, Faro, Viana do Castelo, Açores, Leiria, Castelo Branco, Viseu, Coimbra, Bragança, Évora, Beja, Braga e Guarda.

Para a ação 2.5.1, “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal”, foi possível identificar 50 participações de residentes em iniciativas fora de Portugal, sendo que foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 4 pessoas de outros países (ação 2.5.2), nomeadamente de Espanha e de Itália.

<sup>29</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

<sup>30</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.2.

No que concerne ao indicador relativo ao **sexo** foi possível recolher dados para apenas 2425 participantes (em 959.603, como indicado anteriormente)<sup>31</sup>, o que representa 0,25% do total. Apesar da pouca representatividade dos dados, verifica-se que 68% são do sexo feminino e apenas 32% são do sexo masculino.

Prestando atenção ao indicador relativo à **filiação institucional** dos e das participantes, foi possível analisar a proveniência de 670 participantes (de 242.195)<sup>32</sup>, o que representa 0,3% do total de participantes reportados para as ações em causa. Assim, mesmo tendo em consideração a baixa representatividade dos dados recolhidos, agrupamos as informações em categorias. Podemos concluir que a maioria dos e das participantes nas ações levadas a cabo no âmbito do objetivo 2 pertence a organizações da sociedade civil (59%). Por ordem de expressividade, pode referir-se, depois, participantes de agrupamentos de escolas (20%), do ensino superior (6%), das ESPA (4%), de partidos políticos (4%), de municípios (3%), de entidades públicas (2%) e, por último, das juventudes partidárias (2%).

Atendendo aos indicadores específicos, foram identificadas, para a ação 2.1.2, “realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos”, a realização de 16 sessões que decorreram, por ordem crescente, uma sessão em Braga, Coimbra, Guarda e Leiria; duas sessões em Portalegre e Setúbal; três sessões no Porto e cinco em Viana do Castelo.

Respondendo ao indicador referente ao **número de ESPA e suas associadas envolvidas na organização das ações** 2.1.1 e 2.1.2, ligadas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED, é possível identificar a presença de 23 entidades dinamizadoras.

A medida 2.3, dedicada às iniciativas de concertação para a melhoria das políticas, atenta, entre outros indicadores, no **número de participantes por proveniência**. Assim, para a ação 2.3.1, relacionada com titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local, foi possível identificar a participação de representantes do Partido Social Democrata (4), do CDS-Partido Popular (2), do Partido Comunista Português (2), do Partido Socialista (2) e do Bloco de Esquerda (1), num total de 104 participantes reportados no âmbito desta ação. Não foram reportados dados que permitam fazer a mesma análise relativamente aos participantes dos membros nacionais dos órgãos políticos europeus (ação 2.3.2).

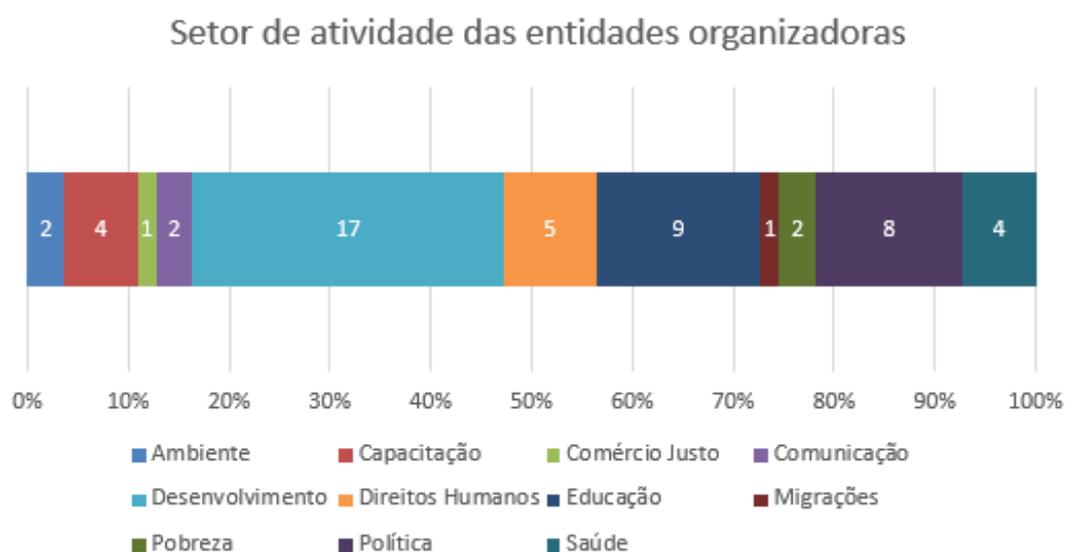
Relativamente a estas duas medidas interessava ainda saber a sua **periodicidade**. Apesar de terem sido reportadas 36 ações, 28 delas não apresentaram esta informação. Das oito

<sup>31</sup> Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

<sup>32</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.3; 2.5.1.

apresentadas uma indicou ser uma iniciativa que decorre todos os anos, 3 indicaram ser pontuais, sendo que as restantes 4 indicaram não ter periodicidade.

Para melhor poder caracterizar o papel das ESPA e suas associadas envolvidas na dinamização de atividades, importa perceber qual o **setor de atividades** das mesmas. Assim, e para as ações ligadas às medidas 2.2, “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal”, e 2.3 “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas”, foi pedida essa informação<sup>33</sup>. Através dos dados obtidos foi possível elaborar o gráfico seguinte:



A análise da informação do gráfico<sup>34</sup> permite afirmar a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD) e à Educação, a exemplo das envolvidas no objetivo 1. Pode salientar-se as entidades ligadas à Política, aos Direitos Humanos, à Capacitação e à Saúde. Surgem ainda, com valores menos expressivos (1 ou 2 referências) entidades ligadas ao Ambiente, à Comunicação, à Pobreza, ao Comércio Justo e às Migrações.

No que diz respeito à medida 2.4, de “Envolvimento dos meios de comunicação social”, foram reportados 245 conteúdos para integrar a ação 2.4.2, de “publicação de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”. Dos dados recolhidos, 52 publicações

<sup>33</sup> Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.

<sup>34</sup> Chama-se a atenção para o alerta realizado anteriormente - esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada no âmbito da anterior ENED. Para uma maior fiabilidade dos dados foi identificada a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados que permita que cada entidade faça a sua própria categorização.

foram em **meios de comunicação social** convencionais e 5 em redes sociais. Não foi possível recolher dados sobre as suas partilhas digitais.

Dos 245 conteúdos publicados, foi possível identificar, em 7 publicações (aproximadamente 3% do total), a participação de 41 autoras (75%) e de 14 autores (25%).

Relativamente à **filiação institucional** destes 55 autores e autoras, foi possível recolher a indicação de 17 pertencerem a organizações da sociedade civil (ONGD, ONGA, cooperativas, entre outras), 2 de agrupamentos de escolas e 2 do ensino superior.

### o Objetivo 3

No objetivo 3, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 131 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- **Medida 3.1** - Reconhecimento formal da ED
- **Medida 3.2** - Articulação nacional na tomada de decisões
- **Medida 3.3** - Articulação internacional na tomada de decisões
- **Medida 3.4** - Mobilização de recursos adequados à intervenção

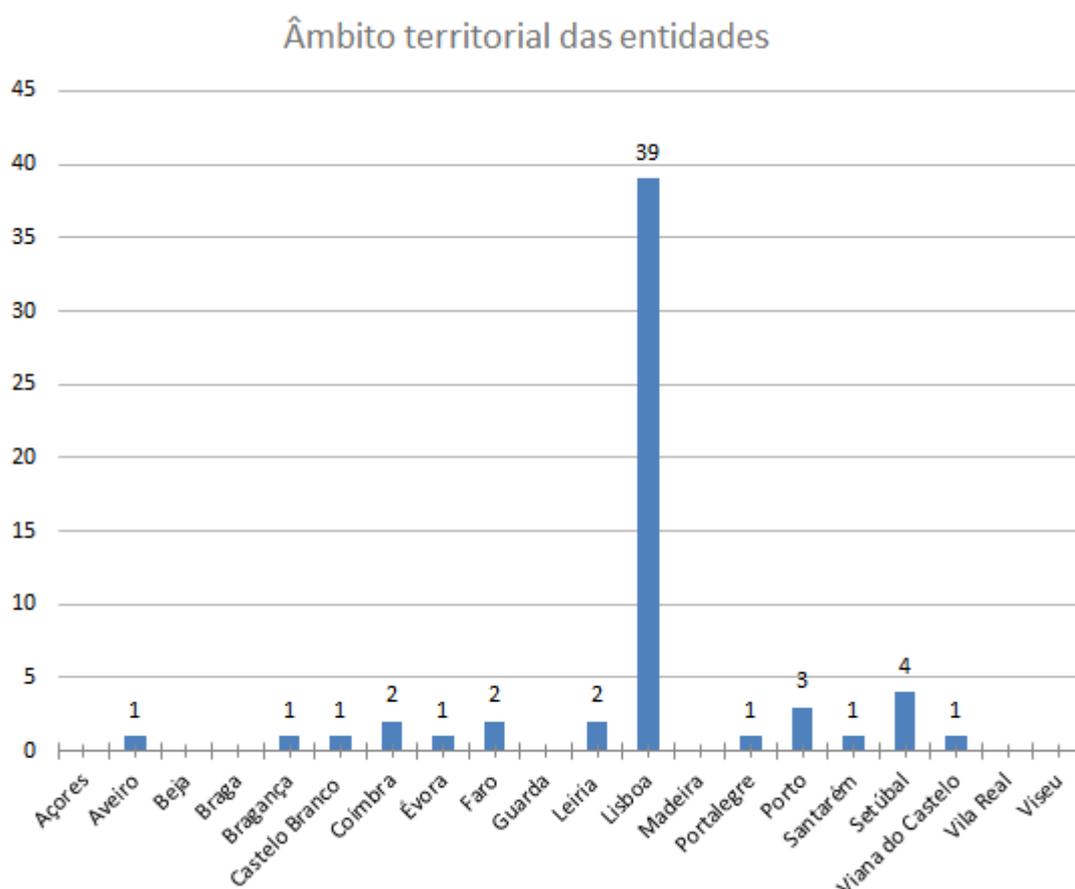
Dada a especificidade do objetivo 3 e dos seus indicadores, achou-se melhor proceder a uma análise detalhada indo quase ao nível de cada uma das ações.

A medida 3.1 refere o reconhecimento formal da ED em documentos estratégicos e operacionais seja “por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1), seja “por parte de entidades públicas e da sociedade civil” (3.1.2). Os dados relacionados com esta medida foram reportados por membros da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à ação 3.1.1, é possível identificar os 21 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveu o Plano de Ação das ENED 2018-2020. No que diz respeito à ação 3.1.2, a CA reportou 16 ESPA, 13 ONGD que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e 11 outras entidades com projetos apoiados pela Comissão Europeia.

Se analisarmos a **tipologia das entidades**, verifica-se que 16 são as próprias ESPA, 23 estão ligadas ao poder municipal, 18 são organizações da sociedade civil e 2 estão ligadas ao ensino superior.

Quanto ao **tipo de evento e/ou documento** que foi assinado, é possível reconhecer que um dos documentos é o protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em Lisboa, em novembro de 2018; 24 são documentos de projetos nacionais ou internacionais e 1 é uma narrativa de ED.

O exercício de identificar a **área geográfica** das entidades permite-nos perceber que a grande maioria se concentra em Lisboa. São, a uma grande distância, nomeados também os distritos de Setúbal (4), Porto (3), Coimbra, Faro e Leiria (cada um com 2), e, com apenas uma entidade referida, Aveiro, Bragança, Castelo branco, Évora, Portalegre, Santarém e Viana do Castelo.

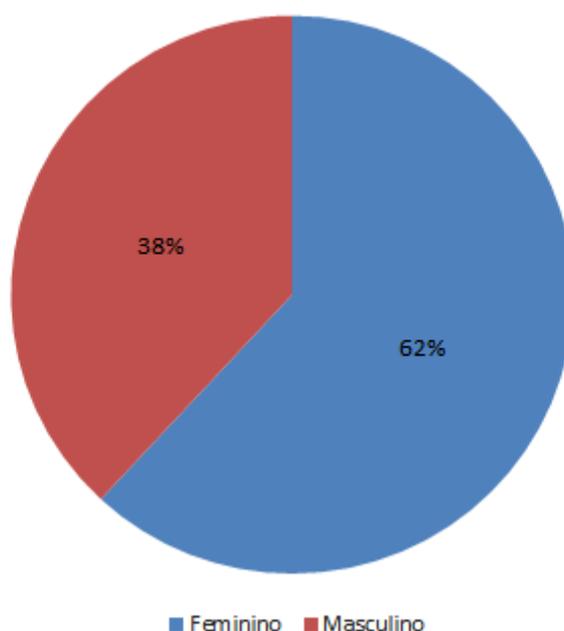


Um dos indicadores pedidos para a medida 3.1 seria o de identificar o número de entidades que se reconhecem formalmente ligadas ao setor da Educação. No entanto, e porque esta medida é reportada pela CA e não pelas próprias entidades, considera-se inviável recolher dados que respondam a este indicador. Este facto deve ser tido em conta num próximo processo de recolha de dados.

Relativamente às medidas 3.2 e 3.3, vocacionadas, respetivamente, para a articulação nacional e internacional na tomada de decisões, pudemos identificar a **participação** de 600 pessoas, através de 3 ações reportadas.

Destes participantes, e apenas relativamente à medida 3.2 que pede este indicador, foi possível recolher dados sobre a distribuição por **sexo** de 210 pessoas, verificando-se os seguintes dados: 62% de elementos do sexo feminino (130) e 38% do sexo masculino (80).

Sexo dos/as participantes



Relativamente à **filiação institucional**, os dados reportados, por falta de informação, apenas permitem aferir que 118 dos e das participantes provêm de instituições nacionais e 107 de instituições internacionais.

Detalhando um pouco mais as ações destas medidas relativas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões, considera-se de salientar o seguinte:

- 3.2.1 – foi realizada uma reunião com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, nomeadamente o supracitado evento de assinatura do Protocolo de implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022;
- 3.2.2 – o tema da ED foi incluído numa reunião envolvendo estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes. Desta reunião foi elaborada uma Ata.

- 3.3.1 – foram realizadas 6 reuniões com a participação de Portugal nos âmbitos do CONCORD, do GENE, da ONU e da UNESCO, reportadas pela Comissão de Acompanhamento, a Plataforma das ONGD e a FEC.

- 3.3.2 – foram elaborados 8 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente 7 relatórios e 1 guia de referência no âmbito do CAD-OCDE.

A medida 3.4 pressupõe a “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, sejam eles afetos expressamente à ED (3.4.1) ou não (3.4.2).

Em relação aos recursos afetos expressamente à ED (ação 3.4.1) conclui-se o reporte de 2 instrumentos financeiros dedicados expressamente à ED pelo CICL<sup>35</sup>, e 3 programas e 15 projetos financiados por estes instrumentos.

Como se verifica no quadro, contabilizam-se ainda 29 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED. Após reflexão das entidades responsáveis pela elaboração do presente relatório, e dado o carácter excecional deste indicador, uma vez que não reporta qualquer ação em concreto mas apenas a existência de recursos afetos expressamente à ED, foi decidido que seria tido em conta o número total de entidades que reportam ações realizadas.

Tipo de recurso afeto expressamente à ED		Número
Instrumentos financeiros afetos à ED		2
Programas, projetos e outras ações financiados por estes instrumentos financeiros	Programas	3
	Projetos	15
ESPA e suas associadas com recursos afetos à ED		29

A ação 3.4.2 refere-se à mobilização de recursos não afetos expressamente à ED. Neste contexto foram reportados os seguintes dados: i) pelo CICL, uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos, que apoiou 8 projetos; ii) pela CIG, um financiamento dentro do eixo prioritário 6 do Plano Operacional de Inclusão Social e Emprego, que apoiou 22 ações de ED.

Como explicado anteriormente, na secção da cobertura das ações, existe uma grande discrepância entre os números previstos para esta ação - 2 - e o número de ações reportadas - 32. Esta discrepância deve-se ao facto de esta ação ser composta por dois indicadores - “número de dispositivos financeiros não afetos expressamente à ED mobilizados para ED” e “número de programas, projetos e outras ações financiados por

<sup>35</sup> Apresenta-se no Anexo 5 os “Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED”.

instrumentos não afetos expressamente à ED” - sendo que no Plano de Ação apenas foram previstos para 2018 dados relativos ao primeiro indicador (2 dispositivos financeiros) mas foram reportados dados relativos aos dois indicadores (com estes 2 dispositivos foram apoiados 30 programas, projetos e outras ações).

#### ○ Objetivo 4

O objetivo 4 pretende “Consolidar a implementação da ENED” e tem previstas, para o ano de 2018, 19 ações, tendo sido realizadas 20.

Neste objetivo, dedicado à operacionalização do dispositivo de acompanhamento da ENED, estão previstas, para o ano ao qual se reporta este relatório, as seguintes medidas:

- **Medida 4.1** Modelo institucional
- **Medida 4.2.** Sistema de acompanhamento

No âmbito do modelo institucional da presente ENED (medida 4.1), realizaram-se 16 reuniões e/ou sessões da CA e das ESPA<sup>36</sup>, uma a mais do que o previsto, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022. Em dois dos três encontros das ESPA foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED. O terceiro encontro refere-se ao momento da assinatura formal do protocolo de subscrição do Plano de Ação da ENED.

Nas 13 sessões de trabalho da CA, participaram os 6 representantes das 4 ESPA<sup>37</sup> que a constituem (2 CICL; 2 DGE; 1 PPONGD; 1 CIDAC), não sendo possível aferir o valor efetivo de participantes uma vez que, para 2018, não existem registos de presenças nestas reuniões. Nas 2 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 41 presenças no total, de 28 pessoas diferentes - na sessão realizada em maio, estiveram presentes 23 pessoas<sup>38</sup>, 20 do sexo feminino e 3 do sexo masculino; na sessão realizada em outubro, estiveram presentes 18 pessoas<sup>39</sup>, 15 do sexo feminino e 3 do sexo masculino<sup>40</sup>. O terceiro encontro das ESPA diz respeito à assinatura do protocolo para subscrição do Plano

---

<sup>36</sup> Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

<sup>37</sup> Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

<sup>38</sup> Em representação do ACM, da ANIMAR, da APA, da APEDI, da ARIPESE, do CICL, do CES de Coimbra, do CIDAC, da CIG, da CNJ, da DGE, do IPDJ, da PPONGD, da PPDM e da RICD.

<sup>39</sup> Em representação da APA, da ARIPESE, do CICL, do CIDAC, da CIG, da DGE, do IPDJ, da PPONGD, da PPDM e da RICD.

<sup>40</sup> Dados recolhidos nas ações 4.1.2 e 4.1.4.

de Ação da ENED 2018-2022 e contou com a assinatura de dezassete representantes das dezasseis entidades envolvidas no processo<sup>41</sup>, 10 do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

No que respeita ao sistema de acompanhamento (medida 4.2), mais especificamente à ação prevista para o ano em análise “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED” (ação 1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2018.

---

<sup>41</sup> Uma das entidades previa a assinatura de duas pessoas representantes.

## 5 - Conclusões

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, é possível retirar algumas conclusões.

Uma primeira conclusão importante é o alcance, em termos gerais, do compromisso assumido de **cobertura dos objetivos, medidas e ações**:

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 20% das ações reportadas correspondem ao objetivo de reforço da capacidade de intervenção em matéria de ED; 68% à necessidade de alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED; 10% correspondem ao objetivo de afirmar a importância e promover a transversalização da ED; e 2% estão implicadas na consolidação de recursos adequados à intervenção em ED.

No objetivo 1 as exceções pela negativa foram as ações 1.1.2, relativas à formação contínua de docentes, e 1.1.4, relativa à formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras, que ficaram aquém do previsto. Destas, é fundamental destacar a discrepância assinalável entre as ações previstas e as executadas no âmbito da ação 1.1.4. No entanto, após o contacto com os atores com responsabilidades nesta ação, detetou-se um lapso de contabilização de compromissos aquando da elaboração do Plano de Ação e uma interpretação ambivalente do indicador pedido, o qual era na verdade o reporte do número de ações e não do número de participantes.

No objetivo 2, há a assinalar duas exceções, desta vez pela positiva : i) a ação 2.1.1, “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” apresentou valores que ultrapassaram de uma forma muito significativa - em 285 - os valores previstos; ii) as ações da medida 2.2, de “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal” dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2) apresentam resultados também superiores ao previsto. Estes dados poderão ser justificados por três razões: a primeira pela inclusão no reporte de uma organização da sociedade civil que não foi incluída na fase de planeamento, mas que reportou um volume significativo de ações; em segundo lugar, hipoteticamente, poderão algumas entidades envolvidas ter sido conservadoras na previsão das suas metas; e em terceiro lugar, pela dificuldade na interpretação da unidade a reportar como indicador, situação que a equipa de elaboração do relatório foi detetando. É importante ainda evidenciar a ação referente à publicação de conteúdos sobre ED em

meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais, na qual foi possível também detetar a existência de diferentes interpretações. Perante este dado, conclui-se a necessidade de reformular para 2022, na avaliação intermédia, os valores dos compromissos desta ação, agora que se estabilizou a interpretação desta mesma.

No âmbito do objetivo 3 é possível constatar o cumprimento de todas as ações previstas e até a sua superação em grande parte dos casos, quer seja nas medidas de reconhecimento formal da ED como nas de articulação nacional e internacional na tomada de decisões. De salientar que, no âmbito da medida 3.4, de “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, nomeadamente na ação 3.4.2, existiu uma grande discrepância entre os valores previstos e implementado uma vez que esta ação é composta por dois indicadores sendo que no Plano de Ação apenas foram previstos para 2018 dados relativos ao primeiro indicador. É importante ter esta dado em conta no momento da Avaliação Intermédia.

O objetivo 4 diz respeito à criação e manutenção quer do modelo institucional quer do sistema de acompanhamento. Foram cumpridas todas as reuniões previstas para a Comissão de Acompanhamento e para as Entidades Subscritoras do PA da ENED. O sistema de acompanhamento foi criado e iniciou as suas funções.

Relativamente à análise dos dados de cada objetivo aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações - podem retirar-se as principais conclusões para cada um dos objetivos:

No objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 243 ações. Dos dados que foram possíveis apurar, salienta-se: i) que Lisboa, Santarém e Viana do Castelo são os distritos que acusam um maior número de ações desenvolvidas; ii) que a maioria das ações reportadas dizem respeito a oficinas/workshops e cursos; iii) que se realizaram 49 ações de formação contínua de docentes, sendo a maioria acreditadas; iv) que a duração das ações foi muito variável – 25 tiveram uma duração igual ou menor a 6 horas, 24 tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas, 12 ações são de 25h e 20 tiveram uma duração superior a 25 horas; v) que se verificou um envolvimento de 32 ESPA ou suas associadas na organização de ações neste objetivo, sobretudo ligados aos setores de atividade do desenvolvimento e da educação; vi) que nas ações de capacitação de outras entidades foi possível identificar 25 outras entidades; vii) que

nas medidas 1.1 e 1.2, de formação de docentes e outros/as formadores/as foi possível apurar a participação de 3042 pessoas; viii) que destas pessoas foram reportados dados sobre a distribuição por sexos de 1071 participantes, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (907); ix) que de 12% destes participantes foi possível identificar a tipologia de instituição de origem, tendo estes sido agrupados nas seguintes categorias – agrupamentos de escolas, ensino superior, juventudes partidárias, câmaras municipais e organizações da sociedade civil; x) que na medida 1.3.1, sobre a produção de conteúdos e recursos, foi possível apurar que 52% dos produtos dizem respeito a recursos educativos e 48% a conteúdos; xi) que na “produção de conteúdos científicos sobre ED” (ação 1.3.2), o tipo de conteúdo mais produzido são artigos e livros científicos, seguindo-se as teses de doutoramento e dissertações de mestrado defendidas; xii) que 59% destes conteúdos científicos foram produzidos em coautoria, sendo que destes, 2 foram produzidos entre académicos e 4 entre académicos e não académicos; xiii) que 13 destes conteúdos foram publicados com revisão por pares - sendo que 11 são livros e artigos científicos sobre ED e 2 são recursos educativos e outros conteúdos disponibilizados; xiv) destes recursos produzidos 39 foram disseminados, maioritariamente através de canais da comunicação social digital.

Relativamente ao objetivo 2, “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED”, alcançou um reporte de 841 ações, sendo o objetivo que recolheu o maior número de ações. Importa referir que este é o objetivo com maior diversidade de medidas e de ações, o que origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se: i) a expressividade das ações reportadas de âmbito nacional bem como das ações referentes ao distrito de Lisboa, fazendo permanecer a centralidade da implementação das ações; ii) as 102 dividem-se, em termos de tipologia, sobretudo entre campanhas/ações de sensibilização e oficinas/*workshops*; iii) foi possível quantificar a presença de 959.603 participantes; iv) destes, foi possível identificar a distribuição geográfica de 10.561, sendo que mais de um terço são provenientes de Lisboa; iv) foi possível identificar 50 participações de residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal, sendo que foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 4 pessoas de outros países, nomeadamente de Espanha e de Itália; v) apesar de ser possível recolher dados de apenas 2425 participantes, 68% são do sexo feminino; vi) de 670 participantes foi possível identificar que a grande maioria pertence a organizações da sociedade civil. No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se: i) a realização de 16 sessões de divulgação do Referencial de ED, a decorrerem, por ordem crescente, uma sessão em Braga, Coimbra, Guarda e Leiria, duas sessões em Portalegre e Setúbal, três sessões no Porto e cinco em Viana do Castelo; ii) a

presença de 23 ESPA e suas associadas envolvidas na organização das ações dinamizadoras das ações relativas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED; iii) a participação de representantes dos vários partidos com assento na Assembleia da República, na ação 2.3.1, relacionada com titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local; iv) a dificuldade em especificar a periodicidade em que decorrem estas ações, apresentando estas um carácter pontual e/ou imprevisível; v) a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD) e à Educação; vi) o reporte de 245 conteúdos em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais; vii) a predominância de autores e autoras provenientes de OSC (17) e do sexo feminino (75%).

Para o objetivo 3, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 131 ações. Como principais conclusões podem destacar-se: i) foram identificadas as entidades que reconhecem formalmente a ED, sendo que 16 são as próprias ESPA, 21 estão ligadas à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), 13 são organizações da sociedade civil e 2 estão ligadas ao ensino superior; iii) a grande maioria destas instituições concentra-se em Lisboa; iv) este reconhecimento foi feito através do protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em 24 documentos de projetos nacionais ou internacionais e num documento de narrativa de ED; v) nas medidas dedicadas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões, identificou-se a participação de 600 pessoas; vi) das 210 para as quais foram reportados dados sobre a distribuição por sexos, verifica-se a preponderância do sexo feminino (62%); vii) 118 dos e das participantes provêm de instituições nacionais e 107 de instituições internacionais; viii) foi realizada uma reunião com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, nomeadamente o supracitado evento de assinatura do Protocolo de implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022; ix) o tema da ED foi incluído numa reunião envolvendo estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, da qual resultou uma ata; x) foram realizadas 6 reuniões com a participação de Portugal nos âmbitos da ONU, EU, CAD-OCDE, Conselho da Europa, GENE, CONCORD e outros relevantes, reportadas por três entidades: a CA, a Plataforma das ONGD e a FEC; xi) foram elaborados 8 documentos relacionados com a participação de Portugal nos âmbitos da ONU, EU, CAD-OCDE, Conselho da Europa, GENE, CONCORD e outros relevantes, nomeadamente 7 relatórios e 1 guia

de referência; xii) foram reportados como recursos afetos expressamente à ED 2 instrumentos financeiros pelo CICL e 3 programas e 15 projetos financiados por estes instrumentos; xiii) contabilizam-se ainda 29 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED, ou seja, todas as entidades que reportaram para o presente relatório; xiv) foram reportados pelo CICL e pela CIG dois dispositivos financeiros não afetos expressamente à ED, que apoiam 30 programas, projetos ou outras ações de ED.

O objetivo 4 pretende “Consolidar a implementação da ENED” e tinha previstas, para o ano de 2018, 19 ações, tendo sido realizadas 20, das quais se realça: i) realizaram-se 16 reuniões e/ou sessões da CA e das ESPA, uma a mais do que o previsto, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022; ii) em dois dos três encontros das ESPA foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED. O terceiro encontro refere-se ao momento da assinatura formal do protocolo de subscrição do Plano de Ação da ENED; iii) nas 13 sessões de trabalho da CA, participaram os 6 representantes das 4 ESPA que a constituem (2 CICL; 2 DGE; 1 PPONGD; 1 CIDAC); iv) nas 2 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 41 presenças no total, de 28 pessoas diferentes, dos quais 25 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino; v) o protocolo para subscrição do Plano de Ação da ENED 2018-2022 contou com a assinatura de 17 representantes das dezasseis entidades envolvidas no processo, sendo 10 do sexo masculino e 7 do sexo feminino; vi) no que respeita ao sistema de acompanhamento mais especificamente à ação prevista para o ano em análise “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED” (ação 4.2.1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2018.

Para 2018 não havia compromissos assumidos relativos às Medidas Transversais.

Num exercício de súmula dos dados dos quatro objetivos do PA, analisando os diversos indicadores que respondem às diferentes dimensões estabelecidas, poderemos apresentar os seguintes resultados, a confirmar nos seguintes relatórios:

No âmbito da dimensão da **participação**, foi possível contabilizar um total de 963.281 participantes (indivíduos) e identificar um total de 60 entidades intervenientes, estas últimas especificamente no objetivo 3. O objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED” é o que apresenta um maior número de participações, facilmente explicado pelas informações supracitadas.

Relativamente à dimensão do **sexo** dos e das participantes é de salientar que não foi possível recolher dados com relevância estatística. Do número de participantes identificados acima, apenas foi possível identificar o sexo de 0,4%. Destes, e tendo por base os dados que foram possíveis recolher ao longo dos 4 objetivos, é possível verificar uma predominância significativa do sexo feminino (2712 participantes) face ao sexo masculino (1024 participantes).

Foi ainda possível, enquadrado na dimensão **institucional**, apurar a filiação institucional de alguns ou algumas participantes. Com base na recolha de dados, apurou-se que nos primeiros 3 objetivos do PA, a maioria dos participantes provinham de 3 grandes grupos, a saber, por ordem decrescente: de organizações da sociedade civil; de agrupamentos de escolas e do ensino superior. Relativamente ao objetivo 4 foi possível identificar participantes com vínculo às ESPA. No entanto, estes dados devem ser lidos com muita cautela e sem representação estatística face ao número total de participantes uma vez que correspondem a uma reduzidíssima percentagem do número de participantes identificados no total.

No que respeita à caracterização das ações, é possível fazer-se uma cobertura **territorial/geográfica** da implementação das mesmas. De uma forma geral, verifica-se que a distribuição das ações se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância absoluta do distrito de Lisboa, nos casos das ESPA e das ONGD, após as ações reportadas na categoria “nacional”. De salientar, no entanto, o número considerável de referências na quase totalidade dos distritos, incluindo nas regiões autónomas, mais especificamente na Madeira. Nos dados reportados pelas ESE observa-se uma distribuição geográfica mais equilibrada, o que facilmente se justifica pela distribuição geográfica no território nacional das Escolas Superiores de Educação.

Foi ainda possível averiguar, através dos dados reportados em apenas 2 objetivos, as **tipologias de ações** mais desenvolvidas, a saber por ordem decrescente: oficinas/workshops; campanhas/ações de sensibilização; iniciativas de diálogo e cursos.

Adicionalmente foi possível analisar a dimensão **temporal**, duração ou periodicidade, das ações reportadas. Através da recolha de 81 reportes no objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”, foi possível verificar uma duração variável das ações. Assim importa especificar que a maioria das ações (25) tiveram uma duração igual ou menor a 6 horas, 24 ações tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas, 12 ações são de 25h e 20 tiveram uma duração superior a 25 horas. No que respeita ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED” apesar de terem sido reportadas 36 ações, 28 delas não

apresentaram esta informação. Das oito apresentadas uma indicou ser uma iniciativa que decorre todos os anos, 3 indicaram ser pontuais, sendo que as restantes 4 indicaram não ter periodicidade.

É ainda possível traçar uma visão geral da **disseminação** das ações desenvolvidas. Assim, no que diz respeito ao objetivo 1, importa referir que 5 foram divulgadas através de canais de comunicação social convencional e 41 por canais da comunicação social digital. Por sua vez, no objetivo 2, dos dados recolhidos, 52 publicações foram disseminadas em meios de comunicação social convencionais e 5 em redes sociais. Por falta de dados, não é possível detalhar o número de ações disseminadas por tipo de meio de comunicação nem por partilhas digitais.

Em último lugar, referem-se os **setores de atividades** mais comuns das entidades organizadoras das ações vinculadas à ENED 2018-2022. Apesar de apenas podermos verificar tendências, dado o número reduzido de dados recolhidos, através dos dados recolhidos nos dois primeiros objetivos, verificamos as seguintes posições apresentadas por ordem crescente: setor do Desenvolvimento; setor da Educação; setor da Política e setor dos Direitos Humanos.

Importa ainda salientar que, em várias das situações nas quais se verificou um maior desfasamento entre os valores do compromisso e os do cumprimento, constatou-se ter havido uma interpretação inadequada da ação ou do indicador a reportar. Chama-se a atenção deste facto para que se possa proceder a esclarecimentos ou ajustes para o processo de acompanhamento e para eventuais reajustamentos do Plano de Ação decorrentes da avaliação intermédia.

Finalmente, uma nota de agradecimento pela participação de todas as entidades que se dispuseram a contribuir para a elaboração do presente relatório.

## **6 – ANEXOS**

**Anexo 1** - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

**Anexo 2** - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED - 2018

**Anexo 3** - Apresentação dos projetos de ED reportados

**Anexo 4** - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

○ **Anexo 1**

**Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão**

**Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)**

Comissão de Acompanhamento	Enviam
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	X
CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Reporta enquanto ONGD <sup>42</sup>
Direção-Geral da Educação	X
Plataforma Portuguesa das ONGD	X
Comissão de Acompanhamento	Para análise de dados os inseridos sob responsabilidade da CA foram considerados enquanto ESPA
<b>Totais = 4</b>	<b>4</b>

Instituições Públicas	Não respondem	Respondem que não realizaram	Enviam
APA – Agência Portuguesa do Ambiente			X
ACM – Alto Comissariado para as Migrações		X	
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género			X
Comissão Nacional da UNESCO		X	
Instituto Português do Desporto e da Juventude		X	
Organizações da Sociedade Civil	Não respondem	Respondem que não realizaram	Enviam
ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local		X	
APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural		X	
ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE		X	
CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Delegou na ASPEA)			X
CNJ - Conselho Nacional da Juventude			X
Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios			X
PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres		X	
<b>Totais = 12</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>5</b>

<sup>42</sup> O CIDAC, apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora da ENED, aparece listada como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade, daí o desfasamento dos números totais.

**Associadas de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)**

Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE	Não respondem	Respondem que não realizaram	Enviam
Instituto Politécnico de Beja			X
Instituto Politécnico de Bragança			X
Instituto Politécnico de Castelo Branco		X	
Instituto Politécnico de Coimbra	X		
Instituto Politécnico de Leiria	X		
Instituto Politécnico de Lisboa	X		
Instituto Politécnico de Portalegre			X
Instituto Politécnico do Porto	X		
Instituto Politécnico de Santarém	X		
Instituto Politécnico de Setúbal			X
Instituto Politécnico de Viana do Castelo			X
Universidade do Algarve	X		
<b>Totais = 12</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>5</b>

ONGD associadas da PPONGD	Não respondem	Respondem que não realizaram	Enviam
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	X		
2. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência		X	
3. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
4. AMI - Assistência Médica Internacional			X
5. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido			X
6. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	X		
7. APF - Associação para o Planeamento da Família	X		
8. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
9. Cáritas Portuguesa			X
10. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
11. Conceitos do Mundo	X		
12. CPR - Conselho Português para os Refugiados	X		
13. Equipa d'África (Associação)	X		
14. FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
15. Fundação Bomfim	X		
16. Fundação Champagnat	X		
17. Fundação Cidade de Lisboa			X
18. Fundação Gonçalo da Silveira			X

19. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto		X	
20. Girl Move Portugal	X		
21. HELPO	X		
22. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
23. IPAV - Instituto Padre António Vieira	X		
24. Meninos do Mundo	X		
25. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	X		
26. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários		X	
27. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
28. PAR - Respostas Sociais			X
29. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X
30. Sapana			X
31. Saúde em Português	X		
32. SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
33. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa			X
34. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano		X	
35. WACT – We are changing together			X
<b>Totais = 35</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>15</b>

○ **Anexo 2**

**Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED**

**1. Enquadramento**

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED 2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Esta estratégia foi o documento-chave que orientou a ação em ED, em Portugal nos últimos anos.

Entre 2010 e 2015, extensível a 2017, esteve em funcionamento o dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015, muito louvado quer a nível nacional quer a nível internacional, que permitiu monitorizar a execução da ENED em Portugal. Dele resultou a elaboração de 7 Relatórios de Acompanhamento da ENED, a realização de um Peer-Review ao estado da arte da Educação para o Desenvolvimento (ED)/Educação Global em Portugal liderado pela Global Education Network Europe (GENE) e a concretização de uma Avaliação Externa da ENED que originou um Relatório Final.

Durante o ano de 2017, e no seguimento da Avaliação da ENED 2010-2015, decorreu o processo de elaboração do novo documento enquadrador da ED em Portugal, consubstanciado através de quatro oficinas, nas quais participaram organizações da sociedade civil e entidades públicas, para dar forma àquele que é o novo documento enquadrador da ED em Portugal. Surge, então, o novo documento de orientação, a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este último compreende 46 ações cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta por 4 das 16 Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), a saber: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a Direção-Geral da Educação (DGE), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, como membro representante do GENE.

Nestas ações estão diretamente envolvidas as seguintes Instituições Públicas: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Alto comissariado para as Migrações (ACM), Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Comissão Nacional da UNESCO, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral da Educação, Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios (ARICD); e as seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPese) e suas associadas, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento

Local (ANIMAR), Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI), CIDAC – Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional da Juventude, a Plataforma Portuguesa das ONGD e suas associadas e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres. Serão ainda envolvidas outras instituições de ensino superior.

Fazem parte destas ações, nomeadamente das Medidas 4.1 e 4.2, a criação de um “Modelo institucional” e de um “Sistema de Acompanhamento”. A elaboração de Relatórios anuais de Acompanhamento ao PA da ENED, aos quais se referem os presentes Termos de Referência enquadram-se nestas medidas.

## 2. **Objetivos**

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2018.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- permitir obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 face aos seus anos subsequentes de implementação;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

### 3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED e suas associadas.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito. A metodologia de recolha de dados do presente relatório procedeu-se através de um instrumento conceptualizado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se na área reservada que por sua vez se integra na estrutura do *website* desenvolvido com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

### 4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Sumário Executivo – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Cobertura dos objetivos, medidas e ações – apresentação do número de ações implementadas, para perceção do nível de cobertura da ENED; é ainda essencial ensaiar explicações para as ações inteiramente não cobertas; analisa-se ainda a caracterização das ações quanto à sua integração ou não em projeto;

- Apresentação de dados por objetivo e por dimensão – análise dos dados segundo as dimensões pré-definidas e os seus indicadores específicos – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações;
- Conclusões – apresentação das conclusões agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos;
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

## 5. Resultados esperados e cronograma

O cronograma será o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante todo o ano e até fevereiro do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Tratamento de dados e elaboração dos gráficos – março e abril do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Análise de dados e redação do Relatório de Acompanhamento ENED – maio e junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Envio da primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – final de junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere.

## 6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Secretariado constituído no âmbito do contrato-programa “*Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação*”, celebrado entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2023. Este contrato-programa envolve ainda o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

## 7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

## ○ Anexo 3

## Projetos de ED reportados

Entidade	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)	<a href="#">Conectando Mundos</a>
	<a href="#">Educar para Cooperar - a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Cidadania Global</a>
	<a href="#">Educar para Cooperar - Porto Santo e Madeira</a>
	<a href="#">Jovens na Política - Participar para a Cidadania Global</a>
	<a href="#">Walk to Walk the (Global) Walk: Mobilizar os jovens europeus em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</a>
AMI - Assistência Médica Internacional (ONGD)	<a href="#">NoPlanetB</a>
	<a href="#">Os ODS em Ação</a>
Cáritas Portuguesa	<a href="#">MIND - Migrações e Desenvolvimento</a>
Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P	Programa da Comissão Europeia de Apoio ao GENE 2015-2018
	Programa GENE 2015-2018
	Contrato-programa “Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”
Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	<a href="#">A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais</a>
	Comércio Justo em Portugal: Conhecer, Compreender e Problematizar
	<a href="#">Desafios globais: reforçar a Educação para a Cidadania Global (ECG) em meio escolar para responder aos desafios da atualidade</a>
	Jovens Embaixadores do Comércio Justo
	Pontes Povos e Culturas
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	<a href="#">Guiões de Educação Género e Cidadania: uma estratégia de mainstreaming de género no sistema escolar</a>
Direção-Geral da Educação	Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento - Desenvolvimento Sustentável 2018
	<a href="#">Programa de formação contínua de docentes em educação para a cidadania</a>
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre	Os média e a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento: a cobertura jornalística da ação da Organização das Nações Unidas
Escola Superior de Educação de Beja	Collaborative project of entrepreneurship education
	<a href="#">Escolas Transformadoras</a> (participação)
Escola Superior de Educação de Bragança	EDproFuturo
Escola Superior de Educação de Viana do Castelo	<a href="#">Escolas Transformadoras</a> (participação)
	<a href="#">Get up and Goals! Global Education Time</a>
	<a href="#">Global Schools: Aprender a conviver</a>
	<a href="#">Coerencia.pt</a>

<b>Fundação Fé e Cooperação</b>	<a href="#">Juntos pela Mudança II</a>
	<a href="#">Mundo à Mesa</a>
	<a href="#">Terra dos Direitos</a>
<b>Fundação Gonçalo da Silveira</b>	<a href="#">Alternativas - Experiências Locais para uma Transformação Global</a>
	<a href="#">Escolas Transformadoras: Contributos para uma mudança social a partir da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na Escola</a>
	<a href="#">Sinergias ED: consolidar o diálogo entre investigação e ação em Educação para o Desenvolvimento em Portugal</a>
	<a href="#">Sinergias ED: fortalecer a ligação entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal</a>
	<a href="#">Uma Ca(u)sa Comum: Educar para a Cidadania Global pela Ecologia Integral</a>
<b>Fundação Cidade de Lisboa</b>	<a href="#">Dicionário do Desenvolvimento - Tod@s contam para a cidadania global</a>
	<a href="#">Escola para a Cidadania</a>
<b>Monte ACE - Desenvolvimento Alentejo Central</b>	<a href="#">Projeto Education for GloCal Issues - Bibliotecas Globais</a>
<b>Respostas Sociais</b>	<a href="#">Coordenadas para a Cidadania Global - ver, agir e transformar!</a>
<b>WACT - We Are Changing Together</b>	<a href="#">Spirit</a>

○ Anexo 4

**Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED**

ONGD	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	As ONG no desenvolvimento e na cidadania
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Educar para Cooperar – Porto Santo e Madeira
	Walk The (Global) Walk
AMI - Assistência Médica Internacional	There isn't a PLANet B! Win-win strategies and small actions for big impacts on climate change
Associação Renovar a Mouraria	Desafios para a Cidadania Global: As Migrações como pilar para a construção de sociedades mais justas, pacíficas, tolerantes e inclusivas
CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto	Sinergias ED: consolidar o diálogo entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral CIDAC	Jovens Embaixadores do Comércio Justo
	A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais
FLC - Fundação Cidade de Lisboa	Dicionário do Desenvolvimento - Tod@s contam para a cidadania global
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Terra dos Direitos - Por um Mundo com Direitos
	Juntos pela Mudança II - Ação conjunta pela sustentabilidade e resiliência nos estilos de vida e políticas nacionais e globais
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	Escolas Transformadoras: Contributos para uma mudança social a partir da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na Escola
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Kits ODS - Transformando o Mundo
	A quem comprar? – O papel dos consumidores na promoção do desenvolvimento económico e social nos países em desenvolvimento
PAR- Respostas Sociais	Geração ODS